

EDITAL**(REPUBICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026, MANTENDO-SE AS CLÁUSULAS INALTERADAS)**

A FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEDS-PR, instituída pela Lei n.º 17.959/14, CNPJ n.º 24.039.073/0001-55, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 53/2026 (REPUBICAÇÃO DO PE 36/2026) AMPLA CONCORRÊNCIA: LOTE 01	UASG: 932059 Início da sessão / disputa de lances: 10 h 00 min do dia 19/05/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	---

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS**, com fornecimento de equipe especializada, equipamentos e insumos necessários para instalação de laboratório dentro do Hospital Regional do Sudoeste, por processo Licitatório, pelo período de 12 (doze) meses.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 4.492.105,68 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e cinco reais e sessenta e oito centavos)**.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55
Elemento da despesa: 3.3.90.39.50
Fonte: 1 – RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações [compras.gov](https://www.gov.br/compras/pt-br). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br>.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) HELOÍSA CAMPOS MILLAK e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 134/2026, servidores do(a) FUNEDS.

E-mail: pregao.funeas@gmail.com

Divisão de Licitação: 41 3202-6831 (ramal 6831)

Endereço: Rua do Rosário, nº 144, 8º Andar, Centro, CEP 80.020-110, Curitiba-Paraná.

O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 18h00.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei

Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou pelo e-mail pregao.funeas@gmail.com pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

EM CASO DE EVENTUAL DIVERGÊNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO DO ITEM DO CATÁLOGO DO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR E AS DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECEM AS DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE**, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s) serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA

4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5 PROPOSTA PARCIAL:

5.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

6 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

6.1 Nesta contratação, não será possível aplicar o tratamento previsto no art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme apresentado no item 7 do Termo de Referência.

6. a AMOSTRA:

6.1.a Não será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s).

7 GARANTIA:

7.1 Será exigida garantia da execução do contrato, conforme apresentado no item 11 do Termo de Referência.

8 CONSÓRCIO:

Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto n.º 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

8.1 As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

8.2 O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:

a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

8.3 Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

8.4 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.

8.5 Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

8.6 A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

8.7 Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

8.8 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

8.9 Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

8.10 Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso."

10 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones **0800.978.9001** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** para demais localidades (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

- 3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;
- 3.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
- 3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.
- 3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).
- 3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.
- 3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.
- 3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 3.5** O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1** Valor global;
- 4.1.2** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 4.3.1** o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.
- 4.3.2** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 4.4.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 4.4.1.** cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 4.4.2.** cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 4.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6** O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.
- 4.8.** Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação

da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

4.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo de real)

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço (ou maior desconto)*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-.

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.2 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.3 Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexequível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

6.4 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.5 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.6 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.7 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.8 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **02 (duas) horas** sob pena de não aceitação da proposta.

6.8.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.8.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.10 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.11.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.12 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, por meio do e-mail pregao.funeas@gmail.com, manifestar, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{I}{365} = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa
anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 30 de abril de 2026.
GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente – FUNFEAS

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Trata-se da contratação de **SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS**, com fornecimento de equipe especializada, equipamentos e insumos necessários para instalação de laboratório dentro do Hospital Regional do Sudoeste, por processo Licitatório, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações abaixo:

LOTE 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA							
ITEM	CÓD. SIGTAP	CÓD. BR	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	02.02.06.021-7	5487	0606-38604	BETA HCG- QUALITATIVO	80	R\$ 8,57	R\$ 685,60
2	SEM CÓDIGO			BETA HCG- QUANTITATIVO	150	R\$ 9,92	R\$ 1.488,00
3	02.02.06.003-9			DETERMINAÇÃO DE T3 REVERSO	12	R\$ 14,24	R\$ 170,88
4	02.02.06.004-7			DOSAGEM DE 17- ALFA- HIDROXIPROGESTERONA	12	R\$ 12,71	R\$ 152,52
5	02.02.06.005-5			DOSAGEM DE 17- CETOSTEROÍDES TOTAIS	12	R\$ 111,97	R\$ 1.343,64
6	02.02.06.006-3			DOSAGEM DE 17- HIDROXICORTICOSTEROÍDES	12	R\$ 49,62	R\$ 595,44
7	02.02.06.008-0			DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTRÓFICO (ACTH)	24	R\$ 15,32	R\$ 367,68
8	02.02.06.009-8			DOSAGEM DE ALDOSTERONA	12	R\$ 13,29	R\$ 159,48
9	02.02.06.010-1			DOSAGEM DE AMP CÍCLICO	24	R\$ 18,55	R\$ 445,20
10	02.02.06.011-0			DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	12	R\$ 13,10	R\$ 157,20
11	02.02.06.012-8			DOSAGEM DE CALCITONINA	12	R\$ 18,61	R\$ 223,32
12	02.02.06.014-4			DOSAGEM DE CORTISOL	15	R\$ 9,86	R\$ 147,90
13	02.02.06.015-2			DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	12	R\$ 12,38	R\$ 148,56
14	02.02.06.016-0			DOSAGEM DE DIHIDROTESTOSTERONA (DHT)	12	R\$ 14,75	R\$ 177,00
15	02.02.06.017-9			DOSAGEM DE ESTRADIOL	12	R\$ 10,15	R\$ 121,80
16	02.02.06.018-7			DOSAGEM DE ESTRIOL	12	R\$ 11,06	R\$ 132,72
17	02.02.06.019-5			DOSAGEM DE ESTRONA	12	R\$ 12,44	R\$ 149,28
18	02.02.06.020-9			DOSAGEM DE GASTRINA	12	R\$ 14,16	R\$ 169,92
19	02.02.06.022-5			DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	12	R\$ 17,17	R\$ 206,04
20	02.02.06.023-3			DOSAGEM DE HORMÔNIO DE CRESCIMENTO (HGH)	12	R\$ 10,21	R\$ 122,52
21	02.02.06.024-1			DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLÍCULO - ESTIMULANTE (FSH)	12	R\$ 8,43	R\$ 101,16
22	02.02.06.026-8			DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH)	12	R\$ 9,17	R\$ 110,04
23	02.02.06.025-0			DOSAGEM DE INSULINA	24	R\$ 10,91	R\$ 261,84
24	02.02.06.027-6			DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	150	R\$ 9,61	R\$ 1.441,50
25	02.02.06.028-4			DOSAGEM DE PARATORMÔNIO	24	R\$ 19,62	R\$ 470,88
26	02.02.06.029-2			DOSAGEM DE PEPTÍDEO C	12	R\$ 15,00	R\$ 180,00
27	02.02.06.030-6			DOSAGEM DE PROGESTERONA	12	R\$ 11,62	R\$ 139,44
28	02.02.06.031-4			DOSAGEM DE PROLACTINA	24	R\$ 10,38	R\$ 249,12
29	02.02.06.032-2			DOSAGEM DE RENINA	12	R\$ 29,25	R\$ 351,00
30	02.02.06.033-0			DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF-1)	12	R\$ 16,91	R\$ 202,92
31	02.02.06.034-9			DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROESTERONA (DHEAS)	12	R\$ 12,25	R\$ 147,00
32	02.02.06.035-7			DOSAGEM DE TESTOSTERONA	12	R\$ 10,95	R\$ 131,40
33	02.02.06.036-5			DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	12	R\$ 13,56	R\$ 162,72
34	02.02.06.038-1			DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	12	R\$ 15,46	R\$ 185,52
35	02.02.06.037-3			DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	60	R\$ 12,13	R\$ 727,80
36	02.02.06.039-0			DOSAGEM DE TIROXINA T4	24	R\$ 9,79	R\$ 234,96
37	02.02.06.013-6			DOSAGEM DE TRIIODOTIROMINA (T3 TOTAL)	20	R\$ 9,05	R\$ 181,00
38	SEM CÓDIGO			TESTE DE ERITROPOETINA	12	R\$ 52,20	R\$ 626,40
39	02.02.06.042-0			TESTE DE ESTÍMULO COM GNRH OU COM AGONISTA GNRH	12	R\$ 6,94	R\$ 83,28
40	02.02.06.040-3			TESTE DE ESTÍMULO DA PROLACTINA / TSH APOS TRH	12	R\$ 4,52	R\$ 54,24
41	02.02.06.041-1			TESTE DE ESTÍMULO DE PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	12	R\$ 6,38	R\$ 76,56
42	02.02.06.043-8			TESTE DE ESTÍMULO DO GH APOS GLUCAGON	12	R\$ 8,61	R\$ 103,32
43	02.02.06.044-6			TESTE DE SUPRESSÃO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	12	R\$ 10,78	R\$ 129,36
44	02.02.06.045-4			TESTE DE SUPRESSÃO DO GH APOS GULOSE	12	R\$ 8,61	R\$ 103,32
45	02.02.01.075-9			TESTE DE TOLERÂNCIA A INSULINA	12	R\$ 59,01	R\$ 708,12
46	02.02.06.046-2			TESTE PARA INVESTIGAÇÃO DO DIABETES INSIPIDUS	12	R\$ 9,22	R\$ 110,64
47	02.02.11.001-0			DETECÇÃO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNÓSTICO TARDIO)	8	R\$ 9,92	R\$ 79,36
48	02.02.11.002-8			DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HEMOGLOBINOPATIAS	8	R\$ 661,00	R\$ 5.288,00
49	02.02.11.003-6			DETECÇÃO MOLECULAR EM FIBROSE CÍSTICA (CONFIRMATÓRIO)	8	R\$ 150,37	R\$ 1.202,96
50	02.02.11.013-3			DETERMINAÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM DEFICIÊNCIA DE BIOTINIDASE	8	R\$ 70,68	R\$ 565,44
51	02.02.11.012-5			DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HIPERPLASIA ADRENAL CONGENITA	8	R\$ 238,89	R\$ 1.911,12
52	02.02.11.004-4			DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE/ DIAGNÓSTICO TARDIO)	8	R\$ 6,27	R\$ 50,16
53	02.02.11.011-7			QUANTITATIVA DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SORO	8	R\$ 7,03	R\$ 56,24
54	02.01.02.005-0			TESTE DO PEZINHO - PERFIL MASTER	8	R\$ 198,58	R\$ 1.588,64
55	02.02.11.007-9			TRIPSINA IMUNORREATIVA (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	12	R\$ 5,50	R\$ 66,00
56	02.02.01.078-3			ACIDEZ TITULÁVEL NO LEITE HUMANO (DORNIC)	12	R\$ 8,50	R\$ 102,00
57	02.02.01.001-5			CLEARANCE OSMOLAR	12	R\$ 3,53	R\$ 42,36
58	SEM CÓDIGO			D-DIMERO	200	R\$ 129,37	R\$ 25.874,00
59	02.02.01.002-3			DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	24	R\$ 16,03	R\$ 384,72
60	02.02.01.077-5			DETERMINAÇÃO DE CREMATÓCRITO NO LEITE HUMANO ORDENHADO	12	R\$ 1,64	R\$ 19,68
61	02.02.01.004-0			DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS)	12	R\$ 4,13	R\$ 49,56
62	02.02.01.007-4			DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (5 DOSA)	12	R\$ 10,00	R\$ 120,00
63	02.02.01.006-6			DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA COM INDUÇÃO POR CORTISONA (4 DO)	12	R\$ 4,72	R\$ 56,64
64	02.02.01.005-8			DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA COM INDUÇÃO POR CORTISONA (5 DO)	12	R\$ 7,00	R\$ 84,00
65	02.02.02.005-3			DETERMINAÇÃO DE ENZIMAS ERITROCITÁRIAS (CADA)	12	R\$ 2,46	R\$ 29,52
66	02.02.05.006-8			DETERMINAÇÃO DE OSMOLALIDADE	12	R\$ 29,43	R\$ 353,16
67	02.02.01.009-0			DOSAGEM DE 5- NUCLEOTÍDASE	12	R\$ 122,31	R\$ 1.467,72
68	02.02.01.010-4			DOSAGEM DE ACETONA	12	R\$ 24,94	R\$ 299,28
69	02.02.06.007-1			DOSAGEM DE ÁCIDO 5 HIDROXI- INDOLACÉTICO (SEROTONINA)	12	R\$ 50,83	R\$ 609,96
70	02.02.01.011-2			DOSAGEM DE ÁCIDO ASCÓRBICO	12	R\$ 25,51	R\$ 306,12
71	02.02.01.012-0			DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	1500	R\$ 2,02	R\$ 3.030,00
72	02.02.01.013-9			DOSAGEM DE ÁCIDO VANILMANDÉLICO	12	R\$ 39,10	R\$ 469,20
73	02.02.01.014-7			DOSAGEM DE ALDOLASE	12	R\$ 4,05	R\$ 48,60
74	02.02.01.016-3			DOSAGEM DE ALFA - 1- GLICOPROTEÍNA ACIDA	12	R\$ 6,86	R\$ 82,32
75	02.02.01.015-5			DOSAGEM DE ALFA- 1- ANTITRIPSINA	12	R\$ 47,83	R\$ 573,96
76	02.02.01.017-1			DOSAGEM DE ALFA 2- MACROGLOBULINA	12	R\$ 63,77	R\$ 765,24
77	02.02.01.018-0			DOSAGEM DE AMILASE	1500	R\$ 5,23	R\$ 7.845,00
78	02.02.01.019-8			DOSAGEM DE AMÔNIA	12	R\$ 123,00	R\$ 1.476,00
79	SEM CÓDIGO			DOSAGEM DE BICARBONATO	12	R\$ 15,70	R\$ 188,40
80	02.02.01.020-1			DOSAGEM DE BILIRRUBINAS TOTAL E FRAÇÕES	10000	R\$ 4,05	R\$ 40.500,00
81	02.02.01.021-0			DOSAGEM DE CÁLCIO	3000	R\$ 4,85	R\$ 14.550,00
82	02.02.01.022-8			DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	5000	R\$ 4,88	R\$ 24.400,00
83	02.02.01.023-6			DOSAGEM DE CAROTENO	12	R\$ 51,28	R\$ 615,36
84	02.02.01.025-2			DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	12	R\$ 8,67	R\$ 104,04
85	02.02.01.026-0			DOSAGEM DE CLORETO	130	R\$ 2,09	R\$ 271,70
86	02.02.01.027-9			DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	50	R\$ 12,90	R\$ 645,00
87	02.02.01.028-7			DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	50	R\$ 3,88	R\$ 194,00
88	02.02.01.029-5			DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	100	R\$ 4,27	R\$ 427,00
89	02.02.01.030-9			DOSAGEM DE COLINESTERASE	12	R\$ 5,20	R\$ 62,40
90	02.02.01.031-7			DOSAGEM DE CREATININA	25000	R\$ 5,30	R\$ 132.500,00

Protocolo: 23.763.166-8

Pregão Eletrônico nº 53/2026

(página 1 de 36)

91	02.02.01.032-5	CPK - DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE	3000	R\$ 7,60	R\$ 22.800,00
92	02.02.01.033-3	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	1000	R\$ 8,12	R\$ 8.120,00
93	02.02.01.034-1	DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA- HIDROXIBUTIRICA	12	R\$ 12,90	R\$ 154,80
94	02.02.01.035-0	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	12	R\$ 12,90	R\$ 154,80
95	02.02.01.036-8	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	2500	R\$ 5,58	R\$ 13.950,00
96	02.02.01.037-6	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	12	R\$ 63,27	R\$ 759,24
97	02.02.01.036-8	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (LIQUOR)	12	R\$ 9,51	R\$ 114,12
98	02.02.01.038-4	DOSAGEM DE FERRITINA	250	R\$ 15,59	R\$ 3.897,50
99	02.02.01.039-2	DOSAGEM DE FERRO SERICO	250	R\$ 7,05	R\$ 1.762,50
100	02.02.01.040-6	DOSAGEM DE FOLATO	30	R\$ 6,45	R\$ 193,50
101	02.02.01.041-4	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	12	R\$ 5,00	R\$ 60,00
102	02.02.01.042-2	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	3000	R\$ 4,16	R\$ 12.480,00
103	02.02.01.043-0	DOSAGEM DE FOSFORO	500	R\$ 4,03	R\$ 2.015,00
104	02.02.01.044-9	DOSAGEM DE FRAÇÃO PROSTÁTICA DA FOSFATASE ACIDA	12	R\$ 6,53	R\$ 78,36
105	02.02.01.045-7	DOSAGEM DE GALACTOSE	12	R\$ 4,99	R\$ 59,88
106	02.02.01.046-5	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	3000	R\$ 6,37	R\$ 19.110,00
107	02.02.01.047-3	DOSAGEM DE GLICOSE	2500	R\$ 4,93	R\$ 12.325,00
108	02.02.01.048-1	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	12	R\$ 4,90	R\$ 58,80
109	02.02.01.049-0	DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	12	R\$ 3,85	R\$ 46,20
110	02.02.01.050-3	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICADA	500	R\$ 9,18	R\$ 4.590,00
111	02.02.01.051-1	DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	12	R\$ 4,18	R\$ 50,16
112	02.02.01.052-0	DOSAGEM DE ISOMERASE FOSFOHEXOSE	12	R\$ 5,89	R\$ 70,68
113	02.02.01.053-8	DOSAGEM DE LACTATO	3000	R\$ 7,65	R\$ 22.950,00
114	02.02.01.054-6	DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	12	R\$ 2,58	R\$ 30,96
115	02.02.01.055-4	DOSAGEM DE LIPASE	1000	R\$ 4,53	R\$ 4.530,00
116	02.02.01.056-2	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	10000	R\$ 4,16	R\$ 41.600,00
117	02.02.01.057-0	DOSAGEM DE MUCO- PROTEINAS	12	R\$ 3,94	R\$ 47,28
118	02.02.01.079-1	DOSAGEM DE PEPTÍDEOS NATRIURÉTICOS TIPO B (BNP E NT-PROBNP)	4000	R\$ 47,38	R\$ 189.520,00
119	02.02.01.058-9	DOSAGEM DE PIRUVATO	12	R\$ 347,43	R\$ 4.169,16
120	02.02.01.059-7	DOSAGEM DE PORFIRINAS	12	R\$ 3,86	R\$ 46,32
121	02.02.01.060-0	DOSAGEM DE POTÁSSIO	25000	R\$ 4,89	R\$ 122.250,00
122	02.02.01.061-9	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	150	R\$ 3,90	R\$ 585,00
123	02.02.01.062-7	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	150	R\$ 3,93	R\$ 589,50
124	SEM CÓDIGO	DOSAGEM DE SELENIO SERICO	12	R\$ 11,16	R\$ 133,92
125	02.02.01.063-5	DOSAGEM DE SÓDIO	25000	R\$ 4,89	R\$ 122.250,00
126	02.02.01.064-3	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	10000	R\$ 5,01	R\$ 50.100,00
127	02.02.01.065-1	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	10000	R\$ 4,90	R\$ 49.000,00
128	02.02.01.066-0	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	24	R\$ 4,53	R\$ 108,72
129	02.02.01.067-8	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS	250	R\$ 6,55	R\$ 1.637,50
130	02.02.01.068-6	DOSAGEM DE TRIPTOFANO	12	R\$ 112,00	R\$ 1.344,00
131	02.02.01.069-4	DOSAGEM DE UREIA	25000	R\$ 3,80	R\$ 95.000,00
132	02.02.05.012-2	DOSAGEM E/ OU FRACIONAMENTO DE ÁCIDOS ORGÂNICOS	12	R\$ 3,45	R\$ 41,40
133	SEM CÓDIGO	DOSAGEM VITAMINA A	12	R\$ 29,01	R\$ 348,12
134	02.02.01.070-8	DOSAGEM VITAMINA B12	60	R\$ 15,24	R\$ 914,40
135	SEM CÓDIGO	DOSAGEM VITAMINA B6	12	R\$ 76,69	R\$ 920,28
136	SEM CÓDIGO	DOSAGEM VITAMINA D- 1,25	12	R\$ 63,70	R\$ 764,40
137	02.02.01.076-7	DOSAGEM VITAMINA D 25 DIHIDROXI	24	R\$ 16,35	R\$ 392,40
138	SEM CÓDIGO	DOSAGEM VITAMINA E	12	R\$ 24,64	R\$ 295,68
139	SEM CÓDIGO	DOSAGEM VITAMINA K	12	R\$ 137,49	R\$ 1.649,88
140	02.02.01.071-6	ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	12	R\$ 22,50	R\$ 270,00
141	02.02.01.072-4	ELETROFORESE DE PROTEINAS	24	R\$ 6,61	R\$ 158,64
142	02.02.10.018-9	ERROS INATOS DO METABOLISMO NO SANGUE	12	R\$ 4,20	R\$ 50,40
143	02.11.08.002-0	GASOMETRIA	15000	R\$ 25,25	R\$ 378.750,00
144	SEM CÓDIGO	ÍNDICE DE SATURAÇÃO DE TRANSFERRINA	12	R\$ 4,41	R\$ 52,92
145	02.02.01.074-0	PROVA DE D-XILOSE	12	R\$ 19,92	R\$ 239,04
146	SEM CÓDIGO	TIROSINEMIA	12	R\$ 158,03	R\$ 1.896,36
147	02.02.03.118-7	TRANSGLUTAMINASE IGA ANTI	12	R\$ 20,00	R\$ 240,00
148	02.02.02.001-0	CITOQUÍMICA HEMATOLOGICA	12	R\$ 8,50	R\$ 102,00
149	02.02.02.002-9	CONTAGEM DE PLAQUETAS	30	R\$ 3,22	R\$ 96,60
150	02.02.02.003-7	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	800	R\$ 3,00	R\$ 2.400,00
151	02.02.02.006-1	DETERMINAÇÃO DE SULFO- HAMOGLOBINA	12	R\$ 2,58	R\$ 30,96
152	02.02.02.007-0	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	12	R\$ 3,00	R\$ 36,00
153	02.02.02.008-8	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	12	R\$ 2,90	R\$ 34,80
154	02.02.02.010-0	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	12	R\$ 3,52	R\$ 42,24
155	02.02.02.009-6	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO- DUKE	12	R\$ 3,50	R\$ 42,00
156	02.02.02.011-8	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIVIDA DE HEMÁCIAS	12	R\$ 5,04	R\$ 60,48
157	02.02.02.012-6	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA	12	R\$ 15,84	R\$ 190,08
158	02.02.02.016-9	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	12	R\$ 4,56	R\$ 54,72
159	02.02.02.017-7	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	12	R\$ 8,26	R\$ 99,12
160	02.02.02.018-5	DOSAGEM DE FATOR II	12	R\$ 22,96	R\$ 275,52
161	02.02.02.019-3	DOSAGEM DE FATOR IX	12	R\$ 46,11	R\$ 553,32
162	02.02.02.020-7	DOSAGEM DE FATOR V	12	R\$ 46,18	R\$ 554,16
163	02.02.02.021-5	DOSAGEM DE FATOR VII	12	R\$ 55,00	R\$ 660,00
164	02.02.02.022-3	DOSAGEM DE FATOR VIII	12	R\$ 22,10	R\$ 265,20
165	02.02.02.023-1	DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	12	R\$ 21,89	R\$ 262,68
166	02.02.02.024-0	DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	12	R\$ 63,58	R\$ 762,96
167	02.02.02.025-8	DOSAGEM DE FATOR X	12	R\$ 78,55	R\$ 942,60
168	02.02.02.026-6	DOSAGEM DE FATOR XI	12	R\$ 70,00	R\$ 840,00
169	02.02.02.027-4	DOSAGEM DE FATOR XII	12	R\$ 142,70	R\$ 1.712,40
170	2.02.02.028-2	DOSAGEM DE FATOR XIII	12	R\$ 184,00	R\$ 2.208,00
171	02.02.02.029-0	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	250	R\$ 6,05	R\$ 1.512,50
172	02.02.02.032-0	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	12	R\$ 3,09	R\$ 37,08
173	02.02.02.031-2	DOSAGEM DE HEMOGLOINA- INSTABILIDADE A 37°C	12	R\$ 14,06	R\$ 168,72
174	02.02.02.033-9	DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	12	R\$ 24,37	R\$ 292,44
175	02.02.02.034-7	DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	8	R\$ 176,47	R\$ 1.411,76
176	02.02.02.035-5	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	24	R\$ 13,52	R\$ 324,48
177	02.02.02.036-3	ERITROGRAMA	12	R\$ 14,28	R\$ 171,36
178	SEM CÓDIGO	FATOR DE VON WILLEBRAND - ENSAIO DE LIGAÇÃO AO COLÁGENO	12	R\$ 44,21	R\$ 530,52
179	02.02.02.037-1	HEMATÓCRITO	50	R\$ 2,83	R\$ 141,50
180	02.02.02.030-4	HEMOGLOBINA	50	R\$ 3,09	R\$ 154,50
181	02.02.02.038-0	HEMOGRAMA COMPLETO	30000	R\$ 8,48	R\$ 254.400,00
182	02.02.07.027-1	META HEMOGLOBINA	12	R\$ 3,92	R\$ 47,04
183	02.02.02.057-6	PESQUISA DE ANTICOAGULANTE LÚPICO PELO RVVT	12	R\$ 16,30	R\$ 195,60
184	02.02.02.040-1	PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	12	R\$ 90,55	R\$ 1.086,60
185	02.02.02.041-0	PESQUISA DE CÉLULAS LE	12	R\$ 4,40	R\$ 52,80
186	02.02.02.042-8	PESQUISA DE CORPÚSCULOS DE HEINZ	12	R\$ 2,73	R\$ 32,76
187	02.02.02.043-6	PESQUISA DE FILÁRIA	12	R\$ 3,00	R\$ 36,00
188	02.02.02.044-4	PESQUISA DE HEMOGLOBINAS	12	R\$ 3,09	R\$ 37,08
189	02.02.02.046-0	PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	12	R\$ 3,50	R\$ 42,00
190	02.02.02.055-0	PROTEINA C- FUNCIONAL	12	R\$ 85,27	R\$ 1.023,24
191	02.02.02.056-8	PROTEINA S- FUNCIONAL	12	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00
192	02.02.02.049-5	PROVA DE RETRAÇÃO DO COÁGULO	12	R\$ 3,05	R\$ 36,60
193	02.02.02.051-7	RASTREIO PARA DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	12	R\$ 4,50	R\$ 54,00
194	02.02.02.014-2	TAP	15000	R\$ 6,49	R\$ 97.350,00
195	02.02.02.053-3	TESTE DE HAM (HEMÓLISE ACIDA)	12	R\$ 4,25	R\$ 51,00
196	SEM CÓDIGO	TROMBOELASTOGRAMA	12	R\$ 68,69	R\$ 824,28
197	02.02.02.013-4	TTPA	15000	R\$ 46,18	R\$ 692.700,00
198	02.02.02.015-0	VHS	1000	R\$ 5,35	R\$ 5.350,00
199	02.02.02.054-1	COOMBS DIRETO	800	R\$ 5,05	R\$ 4.040,00
200	02.02.12.009-0	COOMBS INDIRETO (TIA)	500	R\$ 10,59	R\$ 5.295,00
201	02.02.12.001-5	DETERMINAÇÃO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	12	R\$ 5,60	R\$ 67,20

Protocolo: 23.763.166-8

Pregão Eletrônico nº 53/2026

(página 1 de 36)

202	02.02.12.003-1	FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	12	R\$ 61,62	R\$ 739,44
203	02.02.12.002-3	GRUPO SANGÜÍNEO	1000	R\$ 8,82	R\$ 8.820,00
204	02.02.12.004-0	IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS SÉRICOS IRREGULARES COM PAINEL DE HEMACIAS	12	R\$ 9,32	R\$ 111,84
205	02.02.12.005-8	PESQUISA ANTICORPOS IRREGULARES PELO MÉTODO DE ELUIÇÃO	12	R\$ 6,87	R\$ 82,44
206	02.02.12.006-6	PESQUISA ANTICORPOS SÉRICOS IRREGULARES 37 °C	12	R\$ 9,62	R\$ 115,44
207	02.02.12.007-4	PESQUISA ANTICORPOS SÉRICOS IRREGULARES A FRIO	12	R\$ 6,90	R\$ 82,80
208	02.02.12.008-2	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	800	R\$ 9,71	R\$ 7.768,00
209	SEM CÓDIGO	ANCA C	30	R\$ 32,04	R\$ 961,20
210	SEM CÓDIGO	ANCA P	30	R\$ 32,00	R\$ 960,00
211	SEM CÓDIGO	ANTI CITRULINA	12	R\$ 36,96	R\$ 443,52
212	SEM CÓDIGO	ANTI- ENDOMÍSIO- ANTICORPOS	12	R\$ 36,96	R\$ 443,52
213	SEM CÓDIGO	ANTI- GLIADINA	12	R\$ 16,68	R\$ 200,16
214	02.02.03.064-4	ANTI Hbe - HEPATITE B	12	R\$ 17,66	R\$ 211,92
215	SEM CÓDIGO	ANTI LKM1	12	R\$ 13,70	R\$ 164,40
216	SEM CÓDIGO	ANTI PF4 OU ANTI HEPARINA	12	R\$ 20,35	R\$ 244,20
217	02.02.03.036-9	ANTI- SS- B (LA) PESQUISA DE ANTICORPOS	24	R\$ 20,71	R\$ 497,04
218	SEM CÓDIGO	ANTI- TPO- ANTICORPOS	12	R\$ 10,00	R\$ 120,00
219	SEM CÓDIGO	ANTI- TRANSGLUTAMINASE	12	R\$ 46,76	R\$ 561,12
220	SEM CÓDIGO	ANTICORPO ANTI MEMBRANA BASAL	12	R\$ 81,14	R\$ 973,68
221	SEM CÓDIGO	ANTICORPO ANTIFOSFOLÍPEO	20	R\$ 7,23	R\$ 144,60
222	02.02.03.039-3	ANTICORPOS ANTISPÉRILLUS	12	R\$ 10,08	R\$ 120,96
223	SEM CÓDIGO	ANTICORPOS - CAXUMBA	12	R\$ 29,78	R\$ 357,36
224	SEM CÓDIGO	ANTICORPOS - ZIKA VIRUS	30	R\$ 122,75	R\$ 3.682,50
225	SEM CÓDIGO	ANTICORPOS ANTI- GAD	12	R\$ 45,00	R\$ 540,00
226	SEM CÓDIGO	ANTICORPOS ANTILEISHMANIAS	12	R\$ 18,13	R\$ 217,56
227	02.14.01.011-2	ANTICORPOS IGM E IGG CONTRA O ZIKA VIRUS	12	R\$ 265,47	R\$ 3.185,64
228	02.14.01.021-0	ANTIGENO CRIPTOCÓCICO (CrAg)	24	R\$ 67,80	R\$ 1.627,20
229	SEM CÓDIGO	ASCA - ANTICORPOS ANTISACCHAROMYCES CEREVISIAL	12	R\$ 134,92	R\$ 1.619,04
230	SEM CÓDIGO	AVIDEZ CITOMEGALOVIRUS	12	R\$ 70,98	R\$ 851,76
231	SEM CÓDIGO	AVIDEZ RUBEOLA	12	R\$ 78,68	R\$ 944,16
232	SEM CÓDIGO	AVIDEZ TOXOPLASMOSE	12	R\$ 55,13	R\$ 661,56
233	SEM CÓDIGO	BETA-D-GLUCANO (BDG)	40	R\$ 50,14	R\$ 2.005,60
234	SEM CÓDIGO	BORRELIA BURGDORFERI (DOENÇA DE LYME)	12	R\$ 160,00	R\$ 1.920,00
235	SEM CÓDIGO	Ca 15-3	12	R\$ 14,28	R\$ 171,36
236	SEM CÓDIGO	CA 19-9	30	R\$ 15,64	R\$ 469,20
237	SEM CÓDIGO	CD16/56	12	R\$ 124,69	R\$ 1.496,28
238	SEM CÓDIGO	CD19	12	R\$ 87,32	R\$ 1.047,84
239	SEM CÓDIGO	CD3	12	R\$ 65,59	R\$ 787,08
240	SEM CÓDIGO	CHAGAS ANTICORPOS	12	R\$ 22,29	R\$ 267,48
241	02.02.03.074-1	CITOMEGALOVIRUS IGG	250	R\$ 12,14	R\$ 3.035,00
242	02.02.03.085-7	CITOMEGALOVIRUS IGM	250	R\$ 11,61	R\$ 2.902,50
243	02.02.03.001-6	CONTAGEM DE LINFÓCITOS B	12	R\$ 29,40	R\$ 352,80
244	SEM CÓDIGO	CONTAGEM DE LINFÓCITOS CD4/CD8	80	R\$ 64,23	R\$ 5.138,40
245	02.02.03.003-2	CONTAGEM DE LINFÓCITOS T TOTAIS	12	R\$ 6,61	R\$ 79,32
246	SEM CÓDIGO	COXSACKIE ANTICORPOS	300	R\$ 197,80	R\$ 59.340,00
247	SEM CÓDIGO	DENGUE IGM	50	R\$ 38,13	R\$ 1.906,50
248	SEM CÓDIGO	DENGUE IGG	50	R\$ 38,72	R\$ 1.936,00
249	02.02.03.006-7	DETERMINAÇÃO DE COMPLEMENTO (CH50)	30	R\$ 18,13	R\$ 543,90
250	02.02.03.008-3	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA	8.000	R\$ 9,97	R\$ 79.760,00
251	02.02.03.119-5	DOSAGEM DA FRAÇÃO C1Q DO COMPLEMENTO	12	R\$ 88,49	R\$ 1.061,88
252	02.02.03.127-6	DOSAGEM DE ADENOSINA DEAMINASE (ADA)	24	R\$ 33,87	R\$ 812,88
253	02.02.03.009-1	DOSAGEM DE ALFA FETOPROTEÍNA	30	R\$ 13,53	R\$ 405,90
254	02.02.03.118-7	DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINASE RECOMBINANTE HUMANO IGA	12	R\$ 18,55	R\$ 222,60
255	02.02.03.010-5	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA)	30	R\$ 25,42	R\$ 762,60
256	02.02.03.011-3	DOSAGEM DE BETA 2- MICROGLOBULINA	12	R\$ 11,71	R\$ 140,52
257	02.02.03.012-1	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	50	R\$ 17,16	R\$ 858,00
258	02.02.03.013-0	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	50	R\$ 17,16	R\$ 858,00
259	02.02.03.014-8	DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	12	R\$ 4,67	R\$ 56,04
260	02.02.03.017-2	DOSAGEM DE IMONOGLOBULINA G	12	R\$ 11,88	R\$ 142,56
261	02.02.03.015-6	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	50	R\$ 14,54	R\$ 727,00
262	02.02.03.016-4	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	24	R\$ 10,18	R\$ 244,32
263	02.02.03.018-0	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	50	R\$ 14,90	R\$ 745,00
264	02.02.03.019-9	DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1- ESTERASE	12	R\$ 14,31	R\$ 171,72
265	02.02.03.020-2	DOSAGEM DE PROTEÍNA C REATIVA	25000	R\$ 3,50	R\$ 87.500,00
266	02.02.03.120-9	DOSAGEM DE TROPONINA	1000	R\$ 30,06	R\$ 30.060,00
267	02.02.03.121-7	DOSAGEM DE ANTIGENO CA 125	12	R\$ 10,38	R\$ 124,56
268	02.02.03.122-5	EXAME LABORATORIAL PARA DOENÇA DE GAUCHER I	12	R\$ 8,60	R\$ 103,20
269	02.02.03.123-3	EXAME LABORATORIAL PARA DOENÇA DE GAUCHER II	12	R\$ 8,50	R\$ 102,00
270	02.02.03.059-8	FAN- FATOR ANTI NUCLEAR	50	R\$ 17,16	R\$ 858,00
271	SEM CÓDIGO	FEBRE AMARELA IGM ANTICORPOS	15	R\$ 544,46	R\$ 8.166,90
272	SEM CÓDIGO	FENOTIPAGEM PARA LINFÓCITOS CD 3 E CD 19	12	R\$ 104,52	R\$ 1.254,24
273	SEM CÓDIGO	GALACTOMANANA	25	R\$ 213,80	R\$ 5.345,00
274	SEM CÓDIGO	HANTAVIRUS IGG	12	R\$ 707,56	R\$ 8.490,72
275	SEM CÓDIGO	HANTAVIRUS IGM	12	R\$ 761,87	R\$ 9.142,44
276	02.02.03.078-4	HBC TOTAL ANTI (HEPATITE B)	30	R\$ 18,55	R\$ 556,50
277	02.02.03.098-9	HBeAg - HEPATITE B	12	R\$ 15,00	R\$ 180,00
278	02.02.03.063-6	HBS ANTI (HEPATITE B)	250	R\$ 18,55	R\$ 4.637,50
279	02.02.03.097-0	HBSAG (HEPATITE B)	250	R\$ 24,55	R\$ 6.137,50
280	SEM CÓDIGO	HCV ANTI (HEPATITE C)	250	R\$ 19,90	R\$ 4.975,00
281	02.02.03.091-1	HEPATITE A - ANTI HVA IGM	30	R\$ 18,95	R\$ 568,50
282	02.02.03.080-6	HEPATITE A - ANTI HVA IGG	30	R\$ 17,17	R\$ 515,10
283	02.02.03.089-0	HEPATITE B (IGM)	12	R\$ 18,55	R\$ 222,60
284	SEM CÓDIGO	HEPATITE C - TESTE RÁPIDO	250	R\$ 14,71	R\$ 3.677,50
285	SEM CÓDIGO	HIV - TEST RÁPIDO	500	R\$ 32,50	R\$ 16.250,00
286	02.13.01.050-0	HIV-QUANTITATIVO	24	R\$ 217,30	R\$ 5.215,20
287	SEM CÓDIGO	IGA PARA TOXOPLASMOSE	12	R\$ 44,93	R\$ 539,16
288	02.02.03.022-9	IMUNO ELETROFORESE DE PROTEÍNAS	12	R\$ 128,87	R\$ 1.546,44
289	02.02.03.023-7	IMUNO FENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS	12	R\$ 814,50	R\$ 9.774,00
290	SEM CÓDIGO	INTOLERÂNCIA A LACTOSE	12	R\$ 93,66	R\$ 1.123,92
291	02.02.03.	INTRADERMORREACÇÃO COM DERIVADO PROTEICO PURIFICADO (PPD)	12	R\$ 21,20	R\$ 254,40
292	SEM CÓDIGO	MIELOPEROXIDASE, ANTICORPOS	12	R\$ 140,63	R\$ 1.687,56
293	SEM CÓDIGO	MIOGLOBINA	50	R\$ 47,34	R\$ 2.367,00
294	SEM CÓDIGO	MONONUCLEOSE IGG E IGM, ANTICORPO ANTI VCA (VIRAL CAPSIDE ANTIGEN)	12	R\$ 14,36	R\$ 172,32
295	SEM CÓDIGO	MYCOPLASMA - ANTICORPOS	12	R\$ 66,51	R\$ 798,12
296	SEM CÓDIGO	NS1	50	R\$ 33,03	R\$ 1.651,50
297	02.13.01.056-9	PARVOVIRUS IGG	150	R\$ 69,25	R\$ 10.387,50
298	02.13.01.060-7	PARVOVIRUS IGM	150	R\$ 66,49	R\$ 9.973,50
299	SEM CÓDIGO	PCR CITOMEGALOVIRUS (LIQUOR)	12	R\$ 299,32	R\$ 3.591,84
300	SEM CÓDIGO	PCR CITOMEGALOVIRUS (SANGUE)	24	R\$ 264,72	R\$ 6.353,28
301	SEM CÓDIGO	PCR CITOMEGALOVIRUS (URINA)	24	R\$ 263,63	R\$ 6.327,12
302	SEM CÓDIGO	PCR HERPES (LIQUOR)	12	R\$ 407,04	R\$ 4.884,48
303	SEM CÓDIGO	PCR TOXOPLASMOSE	24	R\$ 267,25	R\$ 6.414,00
304	SEM CÓDIGO	PERFIL CELULAR DO LÍQUIDO DA LAVAGEM BRONCOALVEOLAR (LBA)	12	R\$ 13,18	R\$ 158,16
305	02.02.03.083-0	PESQ ANTI IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN BARR	30	R\$ 17,36	R\$ 520,80
306	02.02.03.126-8	PESQUISA ANTI- HTLV1 (WESTERN BLOT)	12	R\$ 405,95	R\$ 4.871,40
307	02.02.03.094-6	PESQ ANTI IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN BARR	30	R\$ 17,93	R\$ 537,90
308	02.02.03.093-8	PESQUISA ANTI IGM CONTRA VIRUS VARICELA HERPES Z.	12	R\$ 20,13	R\$ 241,56
309	02.02.03.082-2	PESQUISA DE ANT. IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA HERPES ZOSTER	12	R\$ 20,13	R\$ 241,56
310	02.02.03.025-3	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	12	R\$ 13,50	R\$ 162,00
311	02.02.03.026-1	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	12	R\$ 14,11	R\$ 169,32
312	02.02.03.033-4	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI - SCHISTOSOMAS	12	R\$ 6,07	R\$ 72,84
313	02.02.03.031-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI- HTLV1 + HTLV 2	12	R\$ 19,48	R\$ 233,76
314	02.02.03.032-6	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI- RIBONUCLEOPROTEÍNA	12	R\$ 19,48	R\$ 233,76

Protocolo: 23.763.166-8

Pregão Eletrônico nº 53/2026

(página 1 de 36)

315	02.02.03.034-2	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI -SM	12	R\$ 17,16	R\$ 205,92
316	02.02.03.038-5	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	12	R\$ 6,27	R\$ 75,24
317	02.02.03.040-7	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	12	R\$ 31,17	R\$ 374,04
318	02.02.03.041-5	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	12	R\$ 6,41	R\$ 76,92
319	02.02.03.043-1	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTES SUPRARENAL	12	R\$ 6,05	R\$ 72,60
320	02.02.03.027-0	PESQUISAANTI- DNA (DUPLA HELICE) OU NATIVO	24	R\$ 34,77	R\$ 834,48
321	02.02.03.044-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	12	R\$ 9,25	R\$ 111,00
322	02.02.03.045-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	12	R\$ 11,26	R\$ 135,12
323	02.02.03.046-6	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	12	R\$ 9,70	R\$ 116,40
324	02.02.03.047-4	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	100	R\$ 3,91	R\$ 391,00
325	02.02.03.048-2	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	12	R\$ 6,61	R\$ 79,32
326	02.02.03.050-4	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	12	R\$ 6,05	R\$ 72,60
327	02.02.03.028-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	12	R\$ 20,41	R\$ 244,92
328	SEM CÓDIGO	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV+HIV2 (ELISA)	50	R\$ 13,18	R\$ 659,00
329	02.02.03.051-2	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILHOTA DE LANGERHANS	12	R\$ 47,07	R\$ 564,84
330	02.02.03.052-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	12	R\$ 19,18	R\$ 230,16
331	02.02.03.053-9	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	12	R\$ 45,28	R\$ 543,36
332	02.02.03.054-7	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	12	R\$ 6,25	R\$ 75,00
333	02.02.03.056-3	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	12	R\$ 16,78	R\$ 201,36
334	02.02.03.057-1	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	12	R\$ 36,44	R\$ 437,28
335	02.02.03.058-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	12	R\$ 17,16	R\$ 205,92
336	02.02.03.060-1	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	12	R\$ 18,88	R\$ 226,56
337	02.02.03.061-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	12	R\$ 10,12	R\$ 121,44
338	02.02.03.062-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIREOGLOBULINA	12	R\$ 12,21	R\$ 146,52
339	02.02.03.035-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A(RO)	24	R\$ 20,00	R\$ 480,00
340	02.02.03.065-2	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	12	R\$ 112,22	R\$ 1.346,64
341	02.02.03.069-5	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	12	R\$ 20,25	R\$ 243,00
342	02.02.03.070-9	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCIDIOIDES BRASILIENSIS	12	R\$ 4,66	R\$ 55,92
343	02.02.03.072-5	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	12	R\$ 16,72	R\$ 200,64
344	02.02.03.077-6	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	12	R\$ 5,79	R\$ 69,48
345	02.02.03.081-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBÉOLA	250	R\$ 16,13	R\$ 4.032,50
346	02.02.03.092-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBÉOLA	250	R\$ 17,16	R\$ 4.290,00
347	02.02.03.084-9	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	250	R\$ 15,98	R\$ 3.995,00
348	02.02.03.095-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	250	R\$ 17,16	R\$ 4.290,00
349	SEM CÓDIGO	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG PARA CHIKUNGUNYA	24	R\$ 77,82	R\$ 1.867,68
350	SEM CÓDIGO	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM PARA CHIKUNGUNYA	24	R\$ 94,41	R\$ 2.265,84
351	02.02.03.075-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	12	R\$ 40,89	R\$ 490,68
352	02.02.03.088-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	12	R\$ 8,88	R\$ 106,56
353	02.02.03.096-2	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	30	R\$ 13,35	R\$ 400,50
354	02.02.03.098-9	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B	250	R\$ 9,52	R\$ 2.380,00
355	SEM CÓDIGO	PESQUISA DE ANTITRYPANOSOMA CRUZI (GOTA ESPESSA)	12	R\$ 5,79	R\$ 69,48
356	2.02.03.100-4	PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	12	R\$ 4,59	R\$ 55,08
357	02.02.03.101-2	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER- ROSE)	12	R\$ 4,66	R\$ 55,92
358	SEM CÓDIGO	PESQUISA DE HLA B27	12	R\$ 49,05	R\$ 588,60
359	02.02.03.103-9	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E IGE ALERGENO ESPECIFICCA	12	R\$ 8,51	R\$ 102,12
360	02.02.03.104-7	PESQU DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMONUFLUORESCENCIA)	12	R\$ 7,75	R\$ 93,00
361	SEM CÓDIGO	PROCALCITONINA	600	R\$ 92,00	R\$ 55.200,00
362	02.02.03.105-5	PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	12	R\$ 6,24	R\$ 74,88
363	02.02.03.106-3	PROVAS IMUNO -ALERGICAS BACTERIANAS	12	R\$ 5,64	R\$ 67,68
364	02.02.03.112-8	TESTE FTA- ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DE SIFILIS	80	R\$ 13,25	R\$ 1.060,00
365	02.02.03.113-6	TESTE FTA- ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DE SIFILIS	50	R\$ 9,08	R\$ 453,75
366	02.02.03.117-9	TESTE NÃO TREPONEMICO PARA DETECTAÇÃO DE SIFILIS	800	R\$ 13,95	R\$ 11.160,00
367	02.02.03.114-4	TESTES ALERGICOS DE CONTATO	12	R\$ 7,85	R\$ 94,20
368	02.02.03.115-2	TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	12	R\$ 3,47	R\$ 41,64
369	02.02.03.076-8	TOXOPLASMOSE IGG	300	R\$ 19,25	R\$ 5.775,00
370	02.02.03.087-3	TOXOPLASMOSE IGM	300	R\$ 19,90	R\$ 5.970,00
371	SEM CÓDIGO	VDRL - LIQUOR	12	R\$ 13,50	R\$ 162,00
372	SEM CÓDIGO	CLOSTRIDIUM DIFFICILE EM FEZES	12	R\$ 110,85	R\$ 1.330,20
373	SEM CÓDIGO	CRYPTOSPORIDIUM PESQUISA NAS FEZES	12	R\$ 27,05	R\$ 324,60
374	SEM CÓDIGO	DOSAGEM DE CALPROTECTINA FECAL	12	R\$ 94,16	R\$ 1.129,92
375	02.02.04.001-1	DOSAGEM DE ESTERCIBILIONOGENIO FECAL	12	R\$ 6,58	R\$ 78,96
376	02.02.04.002-0	DOSAGEM DE GORDURA FECAL	12	R\$ 3,18	R\$ 38,16
377	02.02.04.018-6	ELASTASE PANCREÁTICA	12	R\$ 174,88	R\$ 2.098,56
378	02.02.04.003-8	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	12	R\$ 10,77	R\$ 129,24
379	02.02.04.004-6	IDENTIFICAÇÃO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	12	R\$ 3,32	R\$ 39,84
380	SEM CÓDIGO	IGE ESPECÍFICO PARA CASEINA, LACTOALBUMININA, BETA LACTOGLOBINA	12	R\$ 6,58	R\$ 78,96
381	SEM CÓDIGO	ISOSPORIA BELLI PESQUISA NAS FEZES	12	R\$ 22,53	R\$ 270,36
382	SEM CÓDIGO	MICROSPORIDIUM PESQUISA NAS FEZES	12	R\$ 22,53	R\$ 270,36
383	02.02.04.005-4	PESQUISA DE ENTEROBIUS VEMICULARES OXIURUS	12	R\$ 4,71	R\$ 56,52
384	02.02.04.006-2	PESQUISA DE EOSINOFILOS	12	R\$ 1,75	R\$ 21,00
385	02.02.04.008-9	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	12	R\$ 1,87	R\$ 22,44
386	02.02.04.009-7	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	24	R\$ 1,85	R\$ 44,40
387	02.02.04.010-0	PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	12	R\$ 1,87	R\$ 22,44
388	02.02.04.012-7	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	12	R\$ 1,89	R\$ 22,68
389	02.02.04.011-9	PESQUISA DE OVOS NE SCHISTOSOMAS	12	R\$ 1,88	R\$ 22,56
390	02.02.04.013-5	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	12	R\$ 11,28	R\$ 135,36
391	02.02.04.014-3	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	24	R\$ 7,67	R\$ 184,08
392	02.02.04.015-1	PESQUISA DE SUBSTÂNCIAS REDUTORAS NAS FEZES	12	R\$ 2,37	R\$ 28,44
393	02.02.04.016-0	PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	12	R\$ 49,23	R\$ 590,76
394	02.02.04.017-8	PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	12	R\$ 1,75	R\$ 21,00
395	SEM CÓDIGO	PH FECAL	12	R\$ 2,33	R\$ 27,96
396	02.02.08.002-1	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRAÇÃO MÍNIMA	500	R\$ 15,04	R\$ 7.520,00
397	SEM CÓDIGO	ANTIFUNGIGRAMA	50	R\$ 14,00	R\$ 700,00
398	02.02.08.005-6	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSEIASE)	12	R\$ 22,71	R\$ 272,52
399	02.02.08.004-8	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	24	R\$ 22,71	R\$ 545,04
400	02.02.08.007-2	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	2500	R\$ 15,39	R\$ 38.475,00
401	SEM CÓDIGO	BIOLOGIA MOLECULAR PARA MENINGITE BACTERIANA (LIQUOR)	12	R\$ 261,16	R\$ 3.133,92
402	SEM CÓDIGO	COPROCULTURA	12	R\$ 22,40	R\$ 268,80
403	02.02.08.008-0	CULTURA DE BACTÉRIAS P/ IDENTIFICAÇÃO	5000	R\$ 25,00	R\$ 125.000,00
404	02.02.08.013-7	CULTURA DE FUNGOS	24	R\$ 26,00	R\$ 624,00
405	SEM CÓDIGO	CULTURA DE PONTA DE CATETER	12	R\$ 29,00	R\$ 348,00
406	02.02.08.009-9	CULTURA DO LEITE HUMANO (PÓS PASTEURIZAÇÃO)	12	R\$ 11,90	R\$ 142,80
407	SEM CÓDIGO	CULTURA PARA BAAR	24	R\$ 19,13	R\$ 459,12
408	02.02.08.012-9	CULTURA PARA BACTÉRIAS ANAEROBICAS	12	R\$ 25,00	R\$ 300,00
409	SEM CÓDIGO	CULTURAS DE VIGILÂNCIA	1500	R\$ 25,00	R\$ 37.500,00
410	SEM CÓDIGO	EXAME DA TINTA DA CHINA EM LIQUOR	12	R\$ 10,60	R\$ 127,20
411	02.02.08.014-5	EXAME MICROBIOLÓGICO A FRESCO (DIRETO)	12	R\$ 4,80	R\$ 57,60
412	02.02.08.015-3	HEMOCULTURA 1ª AMOSTRA	1500	R\$ 34,28	R\$ 51.420,00
413	SEM CÓDIGO	HEMOCULTURA 2ª AMOSTRA	1500	R\$ 36,16	R\$ 54.240,00
414	SEM CÓDIGO	HEMOCULTURA 3ª AMOSTRA	500	R\$ 36,14	R\$ 18.070,00
415	02.02.08.016-1	IDENTIFICAÇÃO DE MICRORGANISMOS (CARVÃO ATIVADO)	100	R\$ 4,59	R\$ 459,00
416	02.02.08.018-8	PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	12	R\$ 10,00	R\$ 120,00
417	02.02.03.098-7	PESQUISA DE CLAMIDIA	12	R\$ 6,94	R\$ 83,28
418	02.02.08.019-6	PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA -HEMOLITICOS DO GRUPO A	12	R\$ 4,92	R\$ 59,04
419	02.02.08.021-8	PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	12	R\$ 86,93	R\$ 1.043,16
420	02.02.08.022-6	PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	12	R\$ 3,35	R\$ 40,20
421	02.02.08.017-0	PESQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	12	R\$ 28,31	R\$ 339,72
422	SEM CÓDIGO	UROCULTURA	500	R\$ 23,32	R\$ 11.660,00
423	02.02.07.001-8	DOSAGEM DE ACIDO DELTA- AMINOLEVULINICO	12	R\$ 19,34	R\$ 232,08
424	02.02.07.002-6	DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	12	R\$ 5,74	R\$ 68,88
425	02.02.07.003-4	DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	12	R\$ 11,28	R\$ 135,36
426	02.02.07.004-2	DOSAGEM DE ACIDO METIL- HIPURICO	12	R\$ 4,77	R\$ 57,24
427	02.02.07.005-0	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	12	R\$ 15,00	R\$ 180,00

Protocolo: 23.763.166-8

Pregão Eletrônico nº 53/2026

(página 1 de 36)

428	02.02.07.006-9	DOSAGEM DE ALA- DESIDRATASE	12	R\$ 3,95	R\$ 47,40
429	02.02.07.007-7	DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	12	R\$ 4,37	R\$ 52,44
430	02.02.07.008-5	DOSAGEM DE ALUMINIO	12	R\$ 21,02	R\$ 262,24
431	02.02.07.009-3	DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	12	R\$ 6,94	R\$ 83,28
432	02.02.07.010-7	DOSAGEM DE ANFETAMINAS	12	R\$ 20,05	R\$ 240,60
433	02.02.07.011-5	DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	12	R\$ 6,98	R\$ 83,76
434	02.02.07.013-1	DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	12	R\$ 3,58	R\$ 42,96
435	02.02.07.014-0	DOSAGEM DE CADMIO	12	R\$ 35,35	R\$ 424,20
436	02.02.07.015-8	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	12	R\$ 17,27	R\$ 207,24
437	02.02.07.016-6	DOSAGEM DE CARBOXI HEMOGLOBINA	12	R\$ 11,07	R\$ 132,84
438	02.02.07.017-4	DOSAGEM DE CHUMBO	12	R\$ 15,00	R\$ 180,00
439	02.02.07.018-2	DOSAGEM DE CICLOSPORINA	12	R\$ 27,42	R\$ 329,04
440	02.02.07.019-0	DOSAGEM DE COBRE	12	R\$ 4,29	R\$ 51,48
441	02.02.07.020-4	DOSAGEM DE DIGITALICOS	12	R\$ 4,37	R\$ 52,44
442	02.02.07.021-2	DOSAGEM DE ETOSUXIMIDA	12	R\$ 3,92	R\$ 47,04
443	02.02.07.022-0	DOSAGEM DE FENITOINA	12	R\$ 24,36	R\$ 292,32
444	02.02.07.023-9	DOSAGEM DE FENOL	12	R\$ 22,15	R\$ 265,80
445	02.02.07.024-7	DOSAGEM DE FORMALDEIDO	12	R\$ 24,48	R\$ 293,76
446	02.02.07.012-3	FENOBARBITAL/ BARBITURATOS	12	R\$ 14,13	R\$ 169,56
447	02.02.07.025-5	LITIO	12	R\$ 2,48	R\$ 29,76
448	02.02.07.026-3	MERCURIO	12	R\$ 16,04	R\$ 192,48
449	02.02.07.028-0	DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	12	R\$ 22,38	R\$ 268,56
450	02.02.07.029-8	DOSAGEM DE METOTREXATO	12	R\$ 7,19	R\$ 86,28
451	02.02.07.030-1	QUINIDINA	12	R\$ 4,33	R\$ 51,96
452	02.02.07.031-0	SALICILATOS	12	R\$ 3,56	R\$ 42,72
453	02.02.07.032-8	SULFATOS	12	R\$ 4,61	R\$ 55,32
454	SEM CÓDIGO	TACROLIMUS- DOSAGEM	12	R\$ 53,01	R\$ 636,12
455	02.02.07.033-6	TEOFILINA	12	R\$ 3,92	R\$ 47,04
456	02.02.07.034-4	TIOCIANATO	12	R\$ 3,69	R\$ 44,28
457	SEM CÓDIGO	TRIAGEM TOXICOLÓGICA	12	R\$ 25,63	R\$ 307,56
458	SEM CÓDIGO	VANCOCINEMIA	600	R\$ 50,00	R\$ 30.000,00
459	02.02.07.035-2	ZINCO SERICO	12	R\$ 15,65	R\$ 187,80
460	SEM CÓDIGO	ÁCIDO CÍTRICO	12	R\$ 16,54	R\$ 198,48
461	SEM CÓDIGO	ALBUMINA	2000	R\$ 2,30	R\$ 4.600,00
462	02.02.05.002-5	CLEARANCE DE CREATININA	12	R\$ 4,34	R\$ 52,08
463	02.02.05.003-3	CLEARANCE DE FOSFATO	12	R\$ 3,85	R\$ 46,20
464	02.02.05.004-1	CLEARANCE DE UREIA	12	R\$ 4,56	R\$ 54,72
465	02.02.05.005-0	CONTAGEM DE ADDIS	12	R\$ 3,80	R\$ 45,60
466	02.02.05.008-4	DOSAGEM DE CITRATO	12	R\$ 16,25	R\$ 195,00
467	02.02.05.009-2	DOSAGEM DE MICROALBUMINA	12	R\$ 7,19	R\$ 86,28
468	02.02.05.010-6	DOSAGEM DE OXALATO	12	R\$ 37,63	R\$ 451,56
469	02.02.05.013-0	EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	12	R\$ 2,95	R\$ 35,40
470	02.02.05.007-6	IDENTIFICAÇÃO DE GLICÍDIOS URINARIOS POR CROMATOGRRAFIA	12	R\$ 3,64	R\$ 43,68
471	02.02.05.001-7	PARCIAL DE URINA	3000	R\$ 7,45	R\$ 22.350,00
472	02.02.05.015-7	PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	12	R\$ 3,80	R\$ 45,60
473	02.02.05.016-5	PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	12	R\$ 3,85	R\$ 46,20
474	02.02.05.017-3	PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	12	R\$ 2,23	R\$ 26,76
475	02.02.05.018-1	PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	12	R\$ 5,00	R\$ 60,00
476	02.02.05.019-0	PESQUISA DE CISTINA NA URINA	12	R\$ 12,24	R\$ 146,88
477	02.02.05.020-3	PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	12	R\$ 3,90	R\$ 46,80
478	02.02.05.021-1	PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	24	R\$ 3,95	R\$ 94,80
479	02.02.05.022-0	PESQUISA DE FENIL- CETONA NA URINA	12	R\$ 3,90	R\$ 46,80
480	02.02.05.023-8	PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	12	R\$ 70,76	R\$ 849,12
481	02.02.05.024-6	PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	12	R\$ 6,90	R\$ 82,80
482	02.02.05.026-2	PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	12	R\$ 12,32	R\$ 147,84
483	02.02.05.027-0	PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	12	R\$ 3,80	R\$ 45,60
484	02.02.05.028-9	PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	12	R\$ 3,94	R\$ 47,28
485	02.02.05.029-7	PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA	12	R\$ 119,14	R\$ 1.429,68
486	02.02.05.030-0	PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	12	R\$ 78,26	R\$ 939,12
487	02.02.05.031-9	PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	12	R\$ 3,73	R\$ 44,76
488	02.02.05.011-4	PROTEINURIA 24H	300	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
489	02.02.05.032-7	PROVA DE DILUIÇÃO (URINA)	12	R\$ 3,80	R\$ 45,60
490	SEM CÓDIGO	RELAÇÃO PROTEÍNA / CREATININA URINÁRIA	1000	R\$ 6,49	R\$ 6.490,00
491	02.02.09.001-9	ACIDO URICO NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	12	R\$ 4,85	R\$ 58,20
492	02.02.09.002-7	ADENOGRAMA	12	R\$ 5,79	R\$ 69,48
493	02.02.09.004-3	CITOLOGIA PARA HERPES VIRUS	12	R\$ 3,92	R\$ 47,04
494	02.02.09.008-6	CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	12	R\$ 6,24	R\$ 74,88
495	02.02.09.007-8	DETERMINAÇÃO DE FOSFOLÍPIDIOS DE RELAÇÃO LECITINA	12	R\$ 3,92	R\$ 47,04
496	02.02.09.015-9	ELETROFORESE DE PROTEINAS COM CONCENTRAÇÃO NO LIQUOR	12	R\$ 9,50	R\$ 114,00
497	02.02.09.016-7	ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	12	R\$ 6,65	R\$ 79,80
498	02.02.09.018-3	EXAME DE CARACTERES FÍSICOS, CONTAGEM GLOBAL E ESPECÍFICA DE CÉLULAS	12	R\$ 4,80	R\$ 57,60
499	SEM CÓDIGO	FATOR DE CRESCIMENTO PLACENTARIO	12	R\$ 768,08	R\$ 9.216,96
500	02.02.03.007-5	FATOR REUMATOIDE -LATEX	30	R\$ 10,84	R\$ 325,20
501	SEM CÓDIGO	FIBRONECTINA	12	R\$ 119,09	R\$ 1.429,08
502	02.02.09.010-8	FRUTOSE	12	R\$ 83,84	R\$ 1.006,08
503	02.02.09.012-4	GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	12	R\$ 5,80	R\$ 69,60
504	02.02.09.019-1	MIELOGRAMA	12	R\$ 272,38	R\$ 3.268,56
505	02.02.09.027-2	PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	12	R\$ 9,01	R\$ 108,12
506	02.02.09.024-8	PESQUISAS DE CELULAS ORANGIOFILAS	12	R\$ 3,80	R\$ 45,60
507	02.02.09.025-6	PESQUISAS DE CRISTAIS COM LUZ POLARIZADA	12	R\$ 3,80	R\$ 45,60
508	02.02.09.013-2	PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	12	R\$ 9,07	R\$ 108,84
509	02.02.09.029-9	PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SOROTIPOS A, B, C)	12	R\$ 24,86	R\$ 298,32
510	02.02.09.031-0	REAÇÃO DE PANDY	12	R\$ 3,70	R\$ 44,40
511	SEM CÓDIGO	RESISTÊNCIA A PROTÉINCA C ATIVADA (RPCA)	12	R\$ 328,86	R\$ 3.946,32
512	SEM CÓDIGO	ROTINA DE LIQUIDOS BIOLÓGICOS	100	R\$ 13,92	R\$ 1.392,00
513	SEM CÓDIGO	SÓDIO URINÁRIO	12	R\$ 3,50	R\$ 42,00
514	02.02.09.033-7	TESTE DE CLEMENTS	12	R\$ 8,30	R\$ 99,60
515	SEM CÓDIGO	TREG/KREG	12	R\$ 56,72	R\$ 680,64
516	02.13.01.079-8	CARGA VIRAL HBV	30	R\$ 247,64	R\$ 7.429,20
517	02.13.01.080-1	CARGA VIRAL HCV	30	R\$ 278,88	R\$ 8.366,40
518	02.13.01.050-0	CARGA VIRAL HIV	30	R\$ 245,00	R\$ 7.350,00
519	SEM CÓDIGO	CITOGENÉTICA DE MEDULA ÓSSEA	8	R\$ 1.040,00	R\$ 8.320,00
520	02.02.10.002-2	DETERMINAÇÃO DE CARIOTIPO COM BANDA G (MEDULA ÓSSEA)	12	R\$ 550,00	R\$ 6.600,00
521	02.02.10.014-6	DOSAGEM QUANTITATIVA DE CARNITINA, PERFIL DE ACILCARNITINAS	12	R\$ 113,32	R\$ 1.359,84
522	SEM CÓDIGO	EPSTEIN BARR PCR	12	R\$ 334,00	R\$ 4.008,00
523	SEM CÓDIGO	MULTIPLEX PARA MENINGITE (PCR)	72	R\$ 203,97	R\$ 14.685,84
524	SEM CÓDIGO	PAINEL VIRAL - 24 PATÓGENOS	12	R\$ 419,05	R\$ 5.028,60
525	SEM CÓDIGO	PAINEL VIRAL – 8 PATÓGENOS	48	R\$ 181,30	R\$ 8.702,40
526	02.14.01.019-8	TESTE RÁPIDO MOLECULAR PARA TUBERCULOSE (TR/GeneXpert)	30	R\$ 502,43	R\$ 15.072,90
527	SEM CÓDIGO	TESTES MOLECULARES RÁPIDOS PARA DETECÇÃO DE GENES DE RESISTÊNCIA (Para KPC, NDM, VIM, OXA, IMP, mecA, MRSA)	1500	R\$ 530,00	R\$ 795.000,00
VALOR TOTAL (critério de disputa)				R\$ 4.492.105,68	

1.1.1. CENTRO DE CUSTOS

HRS	R\$ 4.492.105,68
VALOR TOTAL	R\$ 4.492.105,68

1.1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

1.1.4. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Trata-se da contratação de empresa para a prestação de serviços de realização de EXAMES LABORATORIAIS, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, com realização de coletas e análises bioquímicas, análises hematológicas e de hemostasia, análises sorológicas e imunológicas, análises coprológicas, uroanálises, análises hormonais, análises toxicológicas e de monitorização terapêutica, análises microbiológicas, análises de líquidos biológicos, exames Imunohematológicos e imunológicos com emissão de seus respectivos laudos por equipe qualificada e devidamente registrada nos órgãos competentes no Estado do Paraná, para atender as demandas do Hospital Regional do Sudoeste.

	ESPECIFICAÇÕES	DEFINIÇÕES
LOTE 1	Descrição do objeto	Serviço de análise e processamento de exames diagnósticos laboratoriais, UNID. DE MEDIDA: Unitário
	Código GMS ¹	606 - 39804
	Código CATSer	5487

1.2.2 ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

1.2.2.1 O Hospital Regional do Sudoeste (HRS) é uma unidade hospitalar localizada no município de Francisco Beltrão, região Sudoeste do Paraná. A unidade recebeu investimentos significativos em infraestrutura e equipamentos hospitalares, visando atender a demanda dos 42 municípios referenciados, abrangendo as 7ª e 8ª Regionais de Saúde do Estado. Atualmente, dispõe de 163 leitos ativos registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) destinados a internações. Por se tratar de uma unidade de média e alta complexidade, todos os leitos são integralmente regulados pela Central Estadual de Regulação, configurando-se como referência para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), para o SIATE, bem como para o Complexo Regulador Estadual da Macrorregião Oeste.

Quadro 1 – Distribuição de leitos ativo no CNES.

Setor	Quantidade de Leitos
Unidade de Terapia Intensiva Adulto	20
Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica	4
Unidade de Terapia Intensiva Neonatal	10

¹GMS: Catálogo de Itens > Catalogação > Consultas ao Catálogo > Por Código e Descrição

Unidade Cuidados Semi Intensivos	5
Emergência	20
Centro Cirúrgico	-
Maternidade	27
Pediatria	28
Clínicas	49
Ambulatório	-
Total	163

1.2.2.2 O HRS dispõe de 28 especialidades médicas e é referência na região no atendimento a UTI Neonatal, sendo a única da 8ª Regional de Saúde – 2 UTIs adulto, cirurgia pediátrica, cirurgia vascular, trauma/ortopedia e demais especialidades, sendo referência para o atendimento materno/infantil dentro do Programa Mãe Paranaense, incluindo no ano de 2024 o funcionamento do Posto de Coleta de Leite Humano para especializar ainda mais o serviço, e atendimento ao trauma junto ao Programa Paraná Urgência Estadual, inclusive sendo habilitado pela Portaria GM/MS nº 4.530 de 21/12/2022 como unidade de assistência de alta complexidade em traumatologia e ortopedia. Ainda, conforme Portarias do Ministério da Saúde nº 1.239 de 05 de novembro de 2012 e nº 4.530 de 21 de dezembro de 2022, o HRS encontra-se habilitado para realização de procedimentos de alta complexidade nas especialidades de cirurgia vascular e ortopedia, respectivamente. A Unidade atende uma média mensal de 1.635 internamentos e 650 cirurgias, possui 163 leitos ativos no momento, com taxa média de ocupação mensal de 96,9%, sendo aproximadamente 50 leitos (30,7 %) com pacientes de alta dependência, semi-intensivos e intensivos.

1.2.2.3 Em consequência do crescimento, a quantificação dos serviços hospitalares também necessita de planejamento e evolução ao longo dos anos, permitindo que o atendimento seja eficiente e assertivo, otimizando recursos e agilidade nos processos

1.2.2.4 Algumas ampliações estão em andamento, como a construção do bloco dedicado a hemodinâmica e UTI adulto e outro para atendimento a todo o setor administrativo, que melhorarão fluxos e processos. Além da criação em 2024 do Posto de Coleta de Leite Humano nas dependências do hospital, que se encaminha para tornar-se Banco de Leite Humano com a previsão de uma reforma para melhorias da estrutura física do local.

1.2.2.5 Além destes, atualmente o centro cirúrgico se encontra sobrecarregado atendendo todas as especialidades de cirurgia que o Hospital possui. Nesta unidade, em 2024, realizou-se em média 703,2 procedimentos cirúrgicos mensal, evidenciando um aumento em relação ao ano de 2023 cuja média foi de 675,3 procedimentos mensal.

1.2.2.6 Nesse cenário, é imprescindível um serviço ininterrupto de exames laboratoriais para garantir suporte diagnóstico adequado a todas as especialidades médicas, especialmente em situações de urgência, emergência e em pacientes críticos.

1.2.2.7 Desta forma, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela coleta, pelo processamento e pela análise das amostras biológicas de forma contínua assegurando a agilidade na tomada de decisão clínica e a efetividade terapêutica, o que poderá refletir diretamente na redução de riscos assistenciais e na segurança do paciente.

1.2.2.8 Além disso, a operacionalização desse serviço deve atender aos requisitos técnicos e de qualidade previstos pela RDC ANVISA nº 302/2005, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos, incluindo critérios de infraestrutura, rastreabilidade e garantia da qualidade. Da mesma forma, deve observar as diretrizes da Política Nacional de Atenção Hospitalar (Portaria GM/MS nº 3.390/2013), que estabelece a integralidade e a continuidade da assistência hospitalar.

1.2.2.9 Para a realização dos exames, a CONTRATADA deverá realizar a coleta e transporte das amostras, as quais serão destinadas à estrutura da prestadora, alocada no HRS, para realização dos testes pertinentes, atendendo todos os parâmetros de regularidade, tempo viável para análise sem comprometer a viabilidade da amostra e fidedgnidade dos resultados.

1.2.2.10 Nesta Unidade, especialmente nos setores que atendem pacientes críticos, o tempo de resposta entre o pedido médico, a coleta da amostra e a entrega do laudo laboratorial é um fator determinante para a tomada de decisão clínica e para a segurança do paciente.

1.2.2.11 Os exames laboratoriais constituem ferramenta fundamental para o diagnóstico, acompanhamento terapêutico e monitoramento da evolução clínica. A demora na liberação dos resultados pode comprometer condutas médicas urgentes, retardar intervenções terapêuticas e, conseqüentemente, aumentar o risco de complicações, prolongar o tempo de internação e elevar a mortalidade hospitalar.

1.2.2.12 Dessa forma, justifica-se a necessidade de que o laboratório CONTRATADO mantenha processos organizados e eficientes, garantindo prazos de resposta reduzidos e compatíveis com a realidade de pacientes críticos. Isso implica na integração entre equipe médica, enfermagem e setor laboratorial, além do uso de fluxos otimizados que assegurem a coleta imediata, o processamento rápido e a entrega tempestiva dos laudos. Tal medida não se configura apenas como um parâmetro de qualidade assistencial, mas como um requisito técnico indispensável para a preservação da vida, a redução de riscos e a efetividade do cuidado hospitalar.

1.2.2.13 Dessa forma, a CONTRATADA **deverá prestar o serviço dentro do tempo de resposta estabelecido pela CONTRATANTE, seguindo os parâmetros evidenciados no quadro a seguir:**

EXAMES	TEMPO MÁXIMO ENTRE SOLICITAÇÃO E COLETA	TEMPO MÁXIMO ENTRE COLETA E LIBERAÇÃO DO LAUDO
EMERGÊNCIA: PROTOCOLO CLÍNICO SCA (Glicemia, Ureia, Creatinina, Sódio, Potássio, Magnésio, Hemograma completo, Tempo de Ativação da Protrombina e PTT, Troponina (T ou I) ou CK-MB Massa (CK-MB e total - apenas na ausência de troponina), Colesterol Total e frações e Triglicerídeos (colher nas primeiras 24h de internação, com jejum de 10 a 12 horas)	15 min	60 min (exceto CT, frações e TG)
EMERGÊNCIA: PROTOCOLO CLÍNICO TRAUMA (hemograma completo, sódio, potássio, ureia, creatinina, coagulograma, amilase, lipase, glicemia, bilirrubinas totais e frações, tipagem sanguínea, gasometria arterial e lactato arterial, urina I. BHCg p/ mulheres em idade fértil)	30 min	30 min
EMERGÊNCIA: PROTOCOLO CLÍNICO SEPSE (Bilirrubina total e frações, 2 pares de hemoculturas, gasometria com lactato arterial ou venoso, glicemia, hemograma com plaquetas, PCR, tempo de protrombina, ureia, creatinina, Na, K)	30 min	30 min (exceto hemoculturas)
URGÊNCIA (Exames Bioquímicos, Hematológicos, Hemostasia)	30 min	90 min
ROTINA UTI (Exames Bioquímicos, Hematológicos, hemostasia, toxicológicos e de	Até 1 hora	Até 3h

monitorização terapêutica, baciloscopia, Líquidos biológicos, Imunohematológicos)		
ROTINA: Exames Bioquímicos, Hematológicos/ hemostasia	Até 6 horas	até 24h
ROTINA: Exames Sorológicos e Imunológicos	Até 6 horas	48h
ROTINA: Exames Coprológicos	Até 6 horas	24 a 72h (se incluído coprocultura)
ROTINA: Exames Hormonais	Até 6 horas	48h
ROTINA: Exames Toxicológicos e de Monitorização Terapêutica	Até 6 horas	48h
ROTINA: Exames Microbiológicos Pesquisa de BAAR- material escarro (investigação de Tuberculose) *	Até 6 horas	6h
ROTINA: Exames Microbiológicos - Swab de Vigilância	Até 2 horas	Prévia: 24h / Final: 72h
ROTINA: Exames Microbiológicos- Hemocultura	Até 2 horas	Prévia: 24h / Final: 3 dias
ROTINA: Exames Microbiológicos em Geral	Até 2 horas	Prévia: 24h / Final: 3 dias
ROTINA: Exames de outros Líquidos Biológicos	Até 6 horas	até 24h (exceto microbiológico)
ROTINA: Exames Imunohematológicos	Até 6 horas	até 24h

OBSERVAÇÕES:

- Serão expurgados do cálculo os exames encaminhados para o LACEN.
- Entende-se que os parâmetros estabelecidos no quadro acima podem variar conforme o tipo de exame, as rotinas da Unidade e do laboratório. Contudo, a padronização desses tempos visa garantir maior acurácia na coleta e no processamento das amostras, bem como agilidade na entrega dos resultados, de modo que a equipe multidisciplinar disponha das ferramentas necessárias para definir as condutas terapêuticas com segurança e eficiência em tempo hábil.
- O Acompanhamento de metas será a Média tempo com % Dentro do Prazo e % Fora do Prazo.

1.2.2.14 A realização e liberação de **EXAMES MICROBIOLÓGICOS**, especialmente hemoculturas e culturas de vigilância, são etapas críticas para o diagnóstico e monitoramento de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS). A acurácia e a agilidade nesses processos são determinantes para o sucesso terapêutico e para o controle epidemiológico, conforme preconizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelos Manuais de Boas Práticas em Laboratório de Análises Clínicas.

1.2.2.15 Os exames de hemocultura demandam rigor técnico desde a coleta até a liberação do resultado, considerando que o tempo de resposta influencia diretamente a conduta clínica e o prognóstico do paciente. Da mesma forma, as culturas de vigilância microbiológica são fundamentais para a detecção precoce de microrganismos multirresistentes e para subsidiar as ações de prevenção e controle de infecção hospitalar.

1.2.2.16 Para assegurar a fidedignidade dos resultados e a eficiência do processo diagnóstico, devem ser observados os seguintes parâmetros operacionais:

Tempo máximo entre solicitação e coleta

- **Recomendação:** até 2 horas após a solicitação médica, especialmente em casos suspeitos de sepse ou pacientes críticos (internados na emergência e/ou UTIs).

- **Justificativa:** o atraso na coleta compromete a representatividade da amostra e pode reduzir a sensibilidade do exame, conforme orientações da ANVISA e protocolos de seps.

Tempo máximo entre coleta e liberação do laudo

- **Hemoculturas:**
 - ✓ Início da incubação: imediato (preferencialmente até 2 horas após a coleta);
 - ✓ Liberação do resultado preliminar: Prévia entre 12 e 24 horas, conforme crescimento microbiano;
 - ✓ Liberação do laudo final (identificação e teste de sensibilidade): até 72 horas, **podendo variar*** conforme o agente isolado.

***Podendo variar:** Considerando o tempo de crescimento de alguns microrganismos, observa-se que bactérias geralmente apresentam crescimento em um período de 3 a 5 dias, enquanto fungos e micobactérias demandam um tempo significativamente maior, podendo variar de 30 a 45 dias, em razão de suas características metabólicas e estruturais específicas.

Entretanto, entende-se que as tecnologias laboratoriais atualmente disponíveis no mercado podem favorecer a emissão de resultados preliminares. Dessa forma, solicita-se que a CONTRATADA disponha de mecanismos e fluxos de identificação que possibilitem comunicação ágil e integrada com a equipe multidisciplinar, bem como com a NUCIH, a fim de permitir a identificação precoce de agentes etiológicos e, consequentemente, intervenções em tempo oportuno.

- **Culturas de vigilância (Swab retal, nasal)**
 - ✓ Início do cultivo: até 2 horas após o recebimento da amostra;
 - ✓ Liberação da prévia: até 24 horas após a semeadura.

Considerações técnicas

- O transporte e acondicionamento das amostras devem seguir as boas práticas garantindo a integridade do material biológico.
- O laboratório deve manter sistemas automatizados ou processos rastreáveis que assegurem o monitoramento de cada etapa, desde a solicitação até a liberação do laudo.
- O CONTRATADO deverá viabilizar, em conjunto com a CCIH, um fluxo funcional e ágil para que os resultados críticos, como em casos de hemoculturas positivas, sejam comunicados imediatamente à equipe assistencial, em conformidade com as diretrizes de segurança do paciente.

1.2.3 ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA:

1.2.3.1 Realizar controle efetivo da rota de coleta de amostras nas unidades assistenciais, com pactuação com os Setores Assistenciais e Setor da Qualidade, divulgando a descrição de horários do recolhimento por setor, garantindo assim a chegada rápida e eficiente dos materiais biológicos na área técnica para as devidas análises. Este dado poderá ser solicitado por qualquer Gestor da CONTRATANTE, para as devidas averiguações e monitoramento da assistência.

1.2.3.2 Disponibilizar 02 (dois) gasômetros 24 horas por dia, todos os dias da semana, no laboratório que ficará nas dependências do hospital, a definir com a CONTRATANTE, devendo ser operados e monitorados por funcionários da CONTRATADA.

1.2.3.3 Priorizar a coleta de exames da maior gravidade para menor gravidade.

1.2.3.4 Responsabilizar-se pelo recebimento, conferência, armazenamento adequado e transporte das amostras de material biológico de patologias de notificação compulsória para análise do LACEN, conforme rotina de envio definida pela CONTRATANTE.

1.2.3.5 Responsabilizar-se por realizar a notificação compulsória no sistema GAL (Gerenciador de Ambiente Laboratorial), de todos os exames realizados nos pacientes. Sendo responsável, inclusive, por lançar os resultados dos exames, conforme o pedido médico.

1.2.3.6 Indicar um profissional habilitado (bioquímico, farmacêutico ou biomédico) para interface com a CONTRATANTE para assuntos operacionais, bem como apresentar o nome do responsável técnico junto ao conselho de ordem do mesmo.

1.2.3.7 Organizar o horário de trabalho dos profissionais que executarão os serviços objeto deste contrato, ajustando-se à condição descrita abaixo:

- a) Será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a elaboração das escalas dos profissionais necessários à prestação dos serviços do objeto deste contrato. Estas escalas deverão ser encaminhadas ao gestor do contrato até o dia 20 (vinte) do mês anterior a ser trabalhado. A CONTRATADA deverá informar por escrito ao gestor do contrato sempre que houver qualquer modificação nelas, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Qualquer inserção de novo funcionário a CONTRATADA deverá ser comunicada a com 30 dias de antecedência, para análise e aprovação da documentação do mesmo pelo setor de Recursos Humanos da CONTRATANTE.

1.2.3.8 Encaminhar, ao gestor do contrato, o cronograma anual de treinamentos dos funcionários do laboratório, bem como as listas de presença sempre que acontecerem.

1.2.3.9 Adquirir e custear crachás de identificação com foto e uniformes respeitando as especificações definidas em conjunto com a CONTRATANTE, garantindo o seu uso pelos colaboradores da CONTRATADA e ficando, desde já, permitida a circulação de jalecos ou uniformes apenas com a logomarca da empresa CONTRATADA.

1.2.3.10 Responsabilizar-se civil e criminalmente por meio de seus profissionais pela cobrança de qualquer valor dos pacientes oriundos do SUS, que serão atendidos pela CONTRATANTE, sendo que tal prática motivará a exclusão imediata do profissional e sua denúncia às autoridades competentes. Contribuir, sempre que solicitado, com os profissionais de outras áreas ou serviços que tenham relação com a especialidade mencionada no objeto deste contrato.

1.2.3.11 Participar e contribuir com todos os processos de certificação e acreditação que forem propostos pela CONTRATANTE.

1.2.3.12 Manter e zelar pelas instalações e pelos equipamentos da CONTRATANTE, existentes nas dependências desta, responsabilizando-se pela sua correta utilização, informando imediatamente à CONTRATANTE a ocorrência de problemas operacionais.

1.2.3.13 Garantir a correta checagem das prescrições médicas dos exames solicitados, referente aos pacientes atendidos em qualquer dos ambientes da CONTRATANTE.

1.2.3.14 Disponibilizar sistema adequado para disponibilização dos laudos para a equipe multidisciplinar. O prazo para a CONTRATADA realizar os procedimentos de integração do seu sistema junto a Intranet, será de no máximo 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, sendo que a integração junto ao GSUS será flexibilizada de acordo com as orientações do Núcleo de Tecnologia de Informação da Unidade.

1.2.3.15 Nenhum prestador ou funcionário poderá atuar nas dependências da CONTRATANTE sem os documentos de qualificação padronizados pela instituição.

1.2.3.16 A empresa CONTRATADA deverá apresentar ferramenta própria eletrônica e integrada com os sistemas de prontuário do paciente para análise do tempo de resposta entre a solicitação médica no prontuário eletrônico e a realização da coleta.

1.2.3.17 A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os recursos humanos e materiais necessários para a plena execução do objeto, garantindo a realização integral dos exames e serviços previstos.

1.2.3.18 Disponibilizar os equipamentos necessários para a confecção de laudos (computadores, impressoras e software para interfaceamento de dados), além de responsabilizar-se pelos custos de integração, manutenção e assistência/suporte técnico 24 horas, necessária nas áreas de informática para o bom funcionamento.

1.2.3.19 Em caso de realização de análises externas, a guarda e transporte das amostras serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo obedecer integralmente à legislação específica vigente - RDC 20 e suas atualizações.

1.2.3.20 Atuar em parceria com a CONTRATANTE, disponibilizando um profissional especialista em análise microbiológica para atuação como membro e que integre a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH). A atuação deste profissional deverá ser de forma presencial diariamente.

1.2.3.21 Disponibilizar profissional 24 horas todos os dias da semana, em horário comercial e de sobreaviso, que seja responsável pela gestão do laboratório e dos exames contratados, sendo referência para a CONTRATANTE nos assuntos pertinentes à operacionalização de processos internos, para contribuir nas análises críticas dos indicadores da qualidade, bem como indicar um profissional de nível superior habilitado, para apresentar o nome como responsável técnico pelo serviço junto Conselho de Classe Profissional;

1.2.3.22 Cumprir às exigências do Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária e demais órgãos fiscalizadores.

1.2.3.23 Fornecer todos os equipamentos, insumos, mão de obra e demais ferramentas indispensáveis à execução do serviço, objeto do contrato, nos prazos e condições estabelecidos.

1.2.3.24 Todas as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos utilizados para as análises laboratoriais deverão estar em dia, devendo ser comprovadas à CONTRATANTE através de laudos técnicos de manutenção em conformidade com o manual do equipamento vistoriados pela engenharia clínica da CONTRATANTE. Sendo responsabilidade da CONTRATADA o custeio das manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos disponibilizados para análises laboratoriais, bem como das calibrações para atestar seu perfeito funcionamento.

1.2.3.25 Possuir um cronograma anual de manutenção preventiva.

1.2.3.26 Enviar mensalmente o relatório das manutenções preventivas e corretivas (OS - Ordem de Serviço e Laudos), até o 5º dia útil, ao gestor do contrato para acompanhamento.

1.2.3.27 Disponibilizar no setor, para averiguação imediata quando solicitado, os certificados de calibração presentes em todas as máquinas, no momento da visita técnica quando houver.

1.2.3.28 Caso a CONTRATADA identifique a necessidade de dispor de um ambiente com climatização superior à disponibilizada pela CONTRATANTE, ficará a CONTRATADA responsável pelas adequações que julgar pertinentes, comunicando previamente a CONTRATANTE.

1.2.3.29 Realizar o controle de qualidade dos testes remotos realizados na CONTRATANTE (Harmonização de testes glicêmicos) e demais realizados à beira leito.

1.2.3.30 Faz-se necessária a apresentação de plano de contingência para eventuais indisponibilidades dos equipamentos, de modo a garantir de forma ininterrupta a continuidade do serviço.

1.2.3.31 Responsabilizar-se pela guarda e controle de patrimônio dos itens que vier a fornecer para execução do serviço, disponibilizando sempre para a CONTRATANTE o relatório dos inventários realizados para controle.

1.2.3.32 Realizar a descaracterização e descarte dos insumos gerados para prestação do serviço contratado, conforme preconizado na RDC nº 222, de 28 de março de 2018.

1.2.3.33 Para exames que não forem processados na base instalada (in loco), a CONTRATADA deverá prever a logística e os custos para envio dos exames para processamento, ao local por ela definido, respeitando os prazos máximos para entrega de laudos, estabelecidos neste Edital.

1.2.3.34 ATENÇÃO: Fica esclarecido que não será admitido pela FUNFEAS qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nas propostas de preços.

1.2.3.35 Não haverá diferenciação de valores entre os exames de urgência e/ou emergência dos exames de rotina.

1.2.3.36 As instalações da CONTRATADA nas dependências do HRS deverão ser EXCLUSIVAS para atendimento e coleta de exames dos pacientes atendidos no HRS pelo SUS.

1.2.3.37 A Unidade Hospitalar cederá espaço físico dentro do Hospital para a instalação do laboratório, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA os mobiliários (inclusive de uso administrativo), equipe, equipamentos e os insumos necessários para a prestação dos serviços contratados.

1.2.3.38 Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer rigorosamente:

- Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Às disposições legais federais, estaduais e municipais;
- Às Leis e Resoluções relativas ao Meio Ambiente: Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Às recomendações expressas na Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, em especial as seguintes:
- NR-4: Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- NR-6: Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- NR-7: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR-24: Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;

- NR-32: Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde;
- NR-33: Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados;
- NR-35: Trabalho em Altura;

1.2.3.39 Com base nas legislações acima, o laboratório deverá apresentar alvará sanitário, certidões negativas, registro no CNES e atestado de capacidade técnica que comprove experiência na área, entre outros documentos necessários para habilitação conforme lista abaixo:

- Alvará de funcionamento e licença sanitária vigente;
- Certificação de regularidade do Conselho de Classe atualizado;
- Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao Conselho de Classe;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento em Saúde – CNES;
- Cadastro na RedeLab/LACEN/SESA/PR (**apresentação após assinatura do contrato**);
- Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- Registro no CNES;
- Certidões Negativas;
- Atestado de Capacidade Técnica;

1.2.3.40 A disponibilização e gerenciamento de equipe técnica especializada para cobertura adequada de 24 (vinte e quatro) horas do laboratório, dimensionada em quantidade suficiente para atender toda a demanda prevista no objeto do presente instrumento, respeitando os prazos de entrega de laudos estabelecidos.

1.2.3.41 O fornecimento contínuo de todos os materiais e insumos inerentes à realização das coletas e processamento dos exames requisitados, durante a execução do contrato. Os materiais e insumos disponibilizados devem observar os princípios dispostos na NR 32, garantindo segurança ao colaborador no momento da coleta, de acordo com as rotinas padronizadas na instituição.

1.2.3.42 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, bem como a alimentação de seus colaboradores, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

1.2.3.43 A CONTRATADA se responsabilizará por todas as despesas com encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, sendo que os colaboradores da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE.

Atestamos que as especificações técnicas dos serviços são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 O Catálogo Eletrônico de Materiais e Serviços do Estado do Paraná (e-CAT) ainda não foi implantado na integralidade pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - órgão responsável. Deste modo, não foi possível utilizar o catálogo eletrônico de padronização na presente contratação.

1.3.2 Porém, esclarece-se que as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas dos objetos são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1.4.1 O serviço será prestado em etapa **PARCELADA**, nos locais, prazo e critérios definidos no tópico 9 deste Termo de Referência.

2 DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Hospital Regional do Sudoeste (HRS) é uma unidade hospitalar localizada no município de Francisco Beltrão, região Sudoeste do Paraná. A unidade recebeu investimentos significativos em infraestrutura e equipamentos hospitalares, visando atender a demanda dos 42 municípios referenciados, abrangendo as 7ª e 8ª Regionais de Saúde do Estado. Atualmente, dispõe de 163 leitos ativos registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) destinados a internações, distribuídos da seguinte maneira: UTI Adulto 20 leitos, UTI Pediátrica 4 leitos, UTI Neonatal 10 leitos, Unidade Cuidados Semi Intensivos 5 leitos, Emergência 20 leitos, Maternidade 27 leitos, Pediatria 28 leitos e Clínicas 49 leitos.

2.2 Por se tratar de uma unidade de média e alta complexidade, todos os leitos são integralmente regulados pela Central Estadual de Regulação, configurando-se como referência para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), para o SIATE, bem como para o Complexo Regulador Estadual da Macrorregião Oeste.

2.3 O HRS dispõe de 28 especialidades médicas e é referência na região no atendimento a UTI Neonatal, sendo a única da 8ª Regional de Saúde – 2 UTIs adulto, cirurgia pediátrica, cirurgia vascular, trauma/ortopedia e demais especialidades, sendo referência para o atendimento materno/infantil dentro do Programa Mãe Paranaense, incluindo no ano de 2024 o funcionamento do Posto de Coleta de Leite Humano para especializar ainda mais o serviço, e atendimento ao trauma junto ao Programa Paraná Urgência Estadual, inclusive sendo habilitado pela Portaria GM/MS nº 4.530 de 21/12/2022 como unidade de assistência de alta complexidade em traumatologia e ortopedia.

2.4 Ainda, conforme Portarias do Ministério da Saúde nº 1.239 de 05 de novembro de 2012 e nº 4.530 de 21 de dezembro de 2022, o HRS encontra-se habilitado para realização de procedimentos de alta complexidade nas especialidades de cirurgia vascular e ortopedia, respectivamente. A Unidade atende uma média mensal de 1.635 internamentos e 650 cirurgias, possui 163 leitos ativos no momento, com taxa média de ocupação mensal de 96,9%, sendo aproximadamente 50 leitos (30,7%) com pacientes de alta dependência, semi-intensivos e intensivos.

2.5 Em consequência do crescimento, a quantificação dos serviços hospitalares também necessita de planejamento e evolução ao longo dos anos, permitindo que o atendimento seja eficiente e assertivo, otimizando recursos e agilidade nos processos.

2.6 Algumas ampliações estão em andamento, como a construção do bloco dedicado a hemodinâmica e UTI adulto e outro para atendimento a todo o setor administrativo, que melhorarão fluxos e processos. Além da criação em 2024 do Posto de Coleta de Leite Humano nas dependências do hospital, que se encaminha para tornar-se Banco de Leite Humano com a previsão de uma reforma para melhorias da estrutura física do local.

2.7 Além destes, atualmente o centro cirúrgico se encontra sobrecarregado atendendo todas as especialidades de cirurgia que o Hospital possui. Nesta unidade, em 2024, realizou-se em média 703,2 procedimentos cirúrgicos mensal, evidenciando um aumento em relação ao ano de 2023 cuja média foi de 675,3 procedimentos mensal.

2.8 Após 14 anos de funcionamento, a estrutura física já atingiu sua capacidade operacional. Então, considerando o crescimento da região e consequentemente população, surge a necessidade de implantação de novos serviços para atendimento da população, não apenas para a demanda existente, mas também para a demanda futura com a expansão do hospital.

2.9 A operacionalização da gestão e execução de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, nas Unidades assistenciais da SESA são regidas pelo Contrato de Gestão nº 001/2021. E para acompanhar e monitorar esse Contrato de Gestão foi instituído um Plano Operativo, o qual estabelece metas e indicadores quantificativos pactuados entre os gestores (municipal/estadual) e os prestadores de serviços).

2.10 Sumariamente, tais metas são avaliadas conforme oferta de serviços, performance, linha de cuidados, satisfação dos pacientes, protocolos, capacitações, entre outros. Para tanto, a contratação de serviços de realização de exames laboratoriais, é indispensável, uma vez que, o hospital atingiu a capacidade operacional, e ao considerar todas as metas estabelecidas pelo Plano Operativo, é premente o total cumprimento das demandas visto a ampliação estrutural e, o crescente aumento de número de atendimentos.

2.11 Considerando a complexidade, grandiosidade e expertise necessária para o atendimento de todas as legislações e protocolos vigentes em relação ao serviço pretendido, é imprescindível que o quantitativo solicitado seja atendido para viabilizar o atendimento de todas as demandas.

2.12 Em 2023, o hospital retomou as cirurgias eletivas, registrando um expressivo aumento de 200% em relação ao ano anterior. Esse crescimento impactou diretamente o fluxo assistencial, resultando em um aumento aproximado de 30% nas internações do período, o que eleva proporcionalmente a necessidade de higienização contínua, reprocessamento de áreas críticas e suporte operacional em tempo integral.

2.13 Além disso, o ano de 2023 foi marcado por importantes ampliações assistenciais. A Unidade iniciou o período com 153 leitos disponibilizados ao Complexo Regulador Macro Oeste. Em março, foram abertos 6 novos leitos pediátricos, ampliando de 22 para 28. Em setembro, alinhado à necessidade de fortalecer o cuidado às crianças, foi inaugurada a UTI Pediátrica, com 4 leitos, elevando a capacidade instalada para 163 leitos operacionais ao final do ano.

2.14 O HRS exerce um papel fundamental na rede de atenção à saúde do Sudoeste do Paraná, constituindo-se como o único hospital público de alta complexidade da região e atuando como referência para atendimentos que abrangem desde procedimentos de média complexidade até cuidados intensivos. Sua existência reduz significativamente a necessidade de deslocamentos longos para outras regiões do estado, garantindo atendimento mais rápido, seguro e humanizado à população local. Além disso, o hospital integra de forma estruturada o Complexo Regulador Macro Oeste, sendo elemento central na organização dos fluxos assistenciais e na resposta regional às urgências e emergências.

2.15 A Unidade também cumpre papel essencial ao amparar uma população próxima a 600 mil habitantes, ampliando a capacidade resolutive dos municípios e contribuindo diretamente para a redução de mortalidade por causas evitáveis, especialmente em situações críticas que demandam intervenção imediata. Outro aspecto relevante é que o HRS fortalece a autonomia regional do SUS ao minimizar a dependência de

transferências para centros maiores, reduzindo custos e evitando sobrecarga de outras unidades hospitalares do estado.

2.16 Além disso, o hospital consolidou-se como polo de formação e qualificação profissional, recebendo residentes, estagiários e diversas equipes multiprofissionais, o que eleva o nível de conhecimento técnico e melhora continuamente a qualidade da assistência prestada em toda a região. Dessa forma, sua atuação transcende o atendimento hospitalar, exercendo impacto direto no desenvolvimento da força de trabalho em saúde no Sudoeste do Paraná.

2.17 Com base nesse cenário, torna-se evidente que o HRS é uma estrutura indispensável para a manutenção de uma rede de saúde eficiente, segura e resolutiva.

2.18 Os gráficos a seguir apresentam os dados referentes a admissões, internações e procedimentos realizados no HRS no período de janeiro a outubro de 2025.

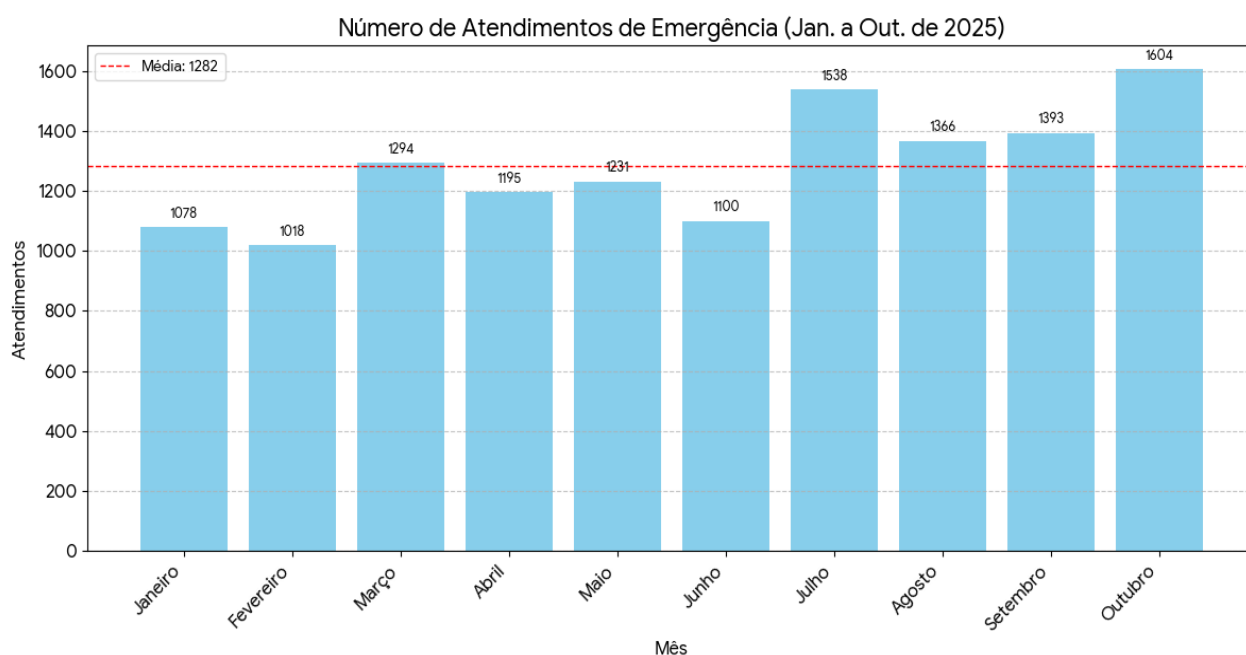


Gráfico 1 – Número de admissões e internamentos realizados no setor de Emergência do HRS.

Fonte: ESIG – Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits.

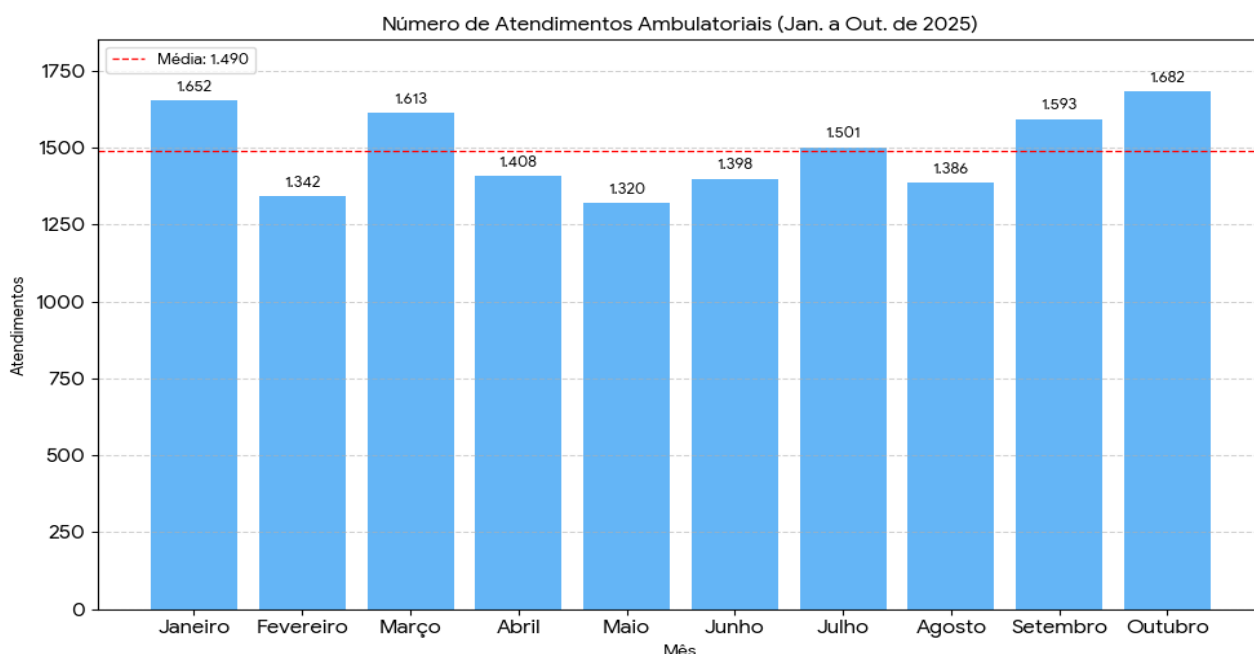


Gráfico 2 – Número de atendimentos realizados no Ambulatório do HRS, de janeiro a julho de 2025.

Fonte: ESIG – Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits.

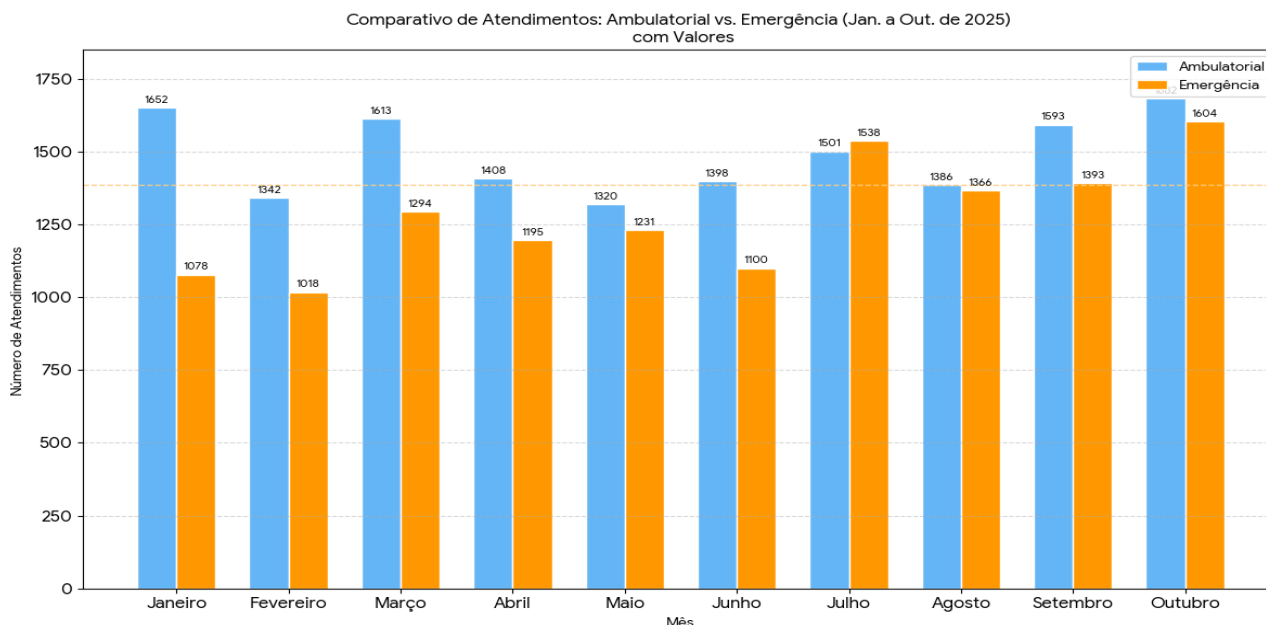


Gráfico 3 – Análise Comparativa Mensal de Atendimentos: Ambulatorial e Emergência.

Fonte: ESIG – Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits.

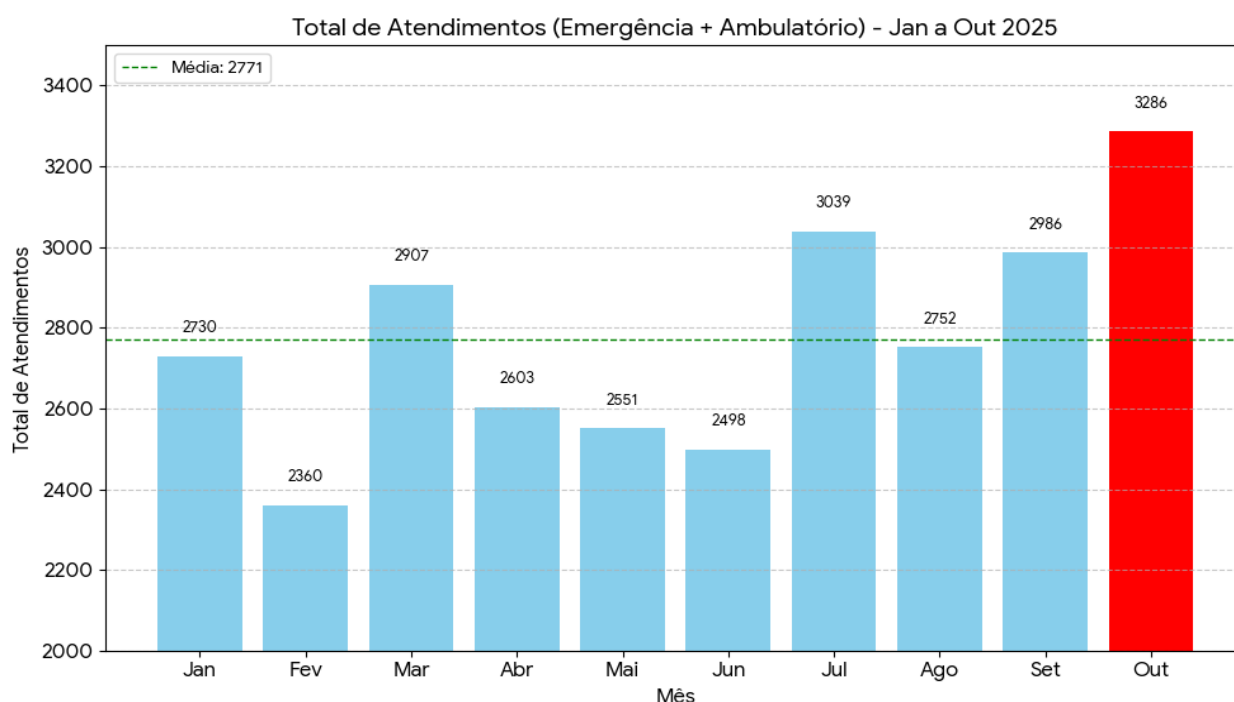


Gráfico 3 – Total de Atendimentos: Ambulatorial e Emergência.

Fonte: ESIG – Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits.

2.19 Conforme ilustrado nos gráficos acima, entre janeiro e outubro do corrente ano, o HRS registrou um total de 27.712 atendimentos.

2.20 Em consequência do crescimento, a quantificação dos serviços hospitalares também necessita de planejamento e evolução ao longo dos anos, permitindo que o atendimento seja eficiente e assertivo, otimizando recursos e agilidade nos processos.

2.21 Esses dados indicam a alta rotatividade de pacientes, exigindo a necessidade de contratação de empresa capacitada e habilitada, a fim de proporcionar serviços de realização de exames laboratoriais qualificados. Tais condições impossibilitam que o serviço seja realizado por equipe própria, demandando a terceirização especializada e contínua, conforme já previsto na legislação vigente.

2.22 Nesse cenário, é imprescindível um serviço ininterrupto de exames laboratoriais para garantir suporte diagnóstico adequado a todas as especialidades médicas, especialmente em situações de urgência, emergência e em pacientes críticos.

2.23 Nesta Unidade, especialmente nos setores que atendem pacientes críticos, o tempo de resposta entre o pedido médico, a coleta da amostra e a entrega do laudo laboratorial é um fator determinante para a tomada de decisão clínica e para a segurança do paciente.

2.24 Os exames laboratoriais constituem ferramenta fundamental para o diagnóstico, acompanhamento terapêutico e monitoramento da evolução clínica. A demora na liberação dos resultados pode comprometer condutas médicas urgentes, retardar intervenções terapêuticas e, consequentemente, aumentar o risco de complicações, prolongar o tempo de internação e elevar a mortalidade hospitalar.

2.25 A realização de exames laboratoriais é fundamental para o atendimento às demandas do Hospital, pois fornece informações essenciais para o diagnóstico e tratamento de doenças. Este meio de apoio permite que

a equipe multidisciplinar identifique alterações nos parâmetros biológicos, detectem doenças em estágios iniciais, controle de pacientes com doenças crônicas e monitoramento da eficácia do tratamento. Também é uma medida crucial para a prevenção e controle de doenças infecciosas, podem detectar a presença de agentes patógenos, como bactérias, vírus e parasitas, permitindo que os profissionais de saúde tomem medidas para prevenir a propagação da doença.

2.26 Diante dos diversos setores estruturais assistenciais, há extrema relação de importância com a realização de exames laboratoriais terceirizados locados nesta unidade, sendo que os exames laboratoriais:

- **Na UTI Adulto:** são cruciais para monitorar a condição dos pacientes críticos, detectar complicações e ajustar o tratamento. Exames como gasometria, hemograma e bioquímica são essenciais para garantir a estabilidade hemodinâmica e prevenir complicações;
- **Na UTI Pediátrica:** são vitais para diagnosticar e monitorar condições graves em crianças e fundamentais para garantir a saúde e o bem-estar dos pacientes pediátricos;
- **Na UTI Neonatal:** são essenciais para monitorar a saúde de recém-nascidos prematuros ou com condições graves, atuam com um papel crucial para detectar problemas e garantir o tratamento adequado;
- **Na Unidade de Cuidados Semi-Intensivos:** são importantes para monitorar a condição dos pacientes que necessitam de cuidados intermediários e fundamentais para garantir a estabilidade clínica dos pacientes;
- **Na Emergência:** são fundamentais para diagnosticar e tratar condições agudas, como infarto, acidente vascular cerebral e trauma. Exames como troponina, hemograma e testes de coagulação são essenciais para garantir a rápida tomada de decisões;
- **No Centro Cirúrgico:** são importantes para garantir a segurança dos pacientes antes e após a cirurgia. Exames como hemograma e coagulograma são fundamentais para detectar problemas e prevenir complicações;
- **Maternidade:** são importantes para monitorar a saúde da mãe e do bebê durante a gravidez, parto e pós-parto;
- **Na Pediatria:** são importantes para diagnosticar e monitorar condições patológicas em crianças;
- **Nas Clínicas:** são importantes no auxílio no processo de reabilitação e na monitoração de condições específicas de cada paciente.

2.27 Em resumo, a realização de exames laboratoriais é fundamental para o atendimento às demandas do Hospital, fornecendo informações essenciais para o diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças. A disponibilidade de exames laboratoriais precisos e confiáveis é essencial para garantir a qualidade dos cuidados de saúde e melhorar os resultados dos pacientes.

2.28 Nesse sentido, a pretensa aquisição visa satisfazer as necessidades dos setores que compõe assistencialmente esta Unidade Hospitalar, objetivando prestar um atendimento de excelência para os usuários, garantia de continuidade nos serviços e atendimentos. Concomitantemente, visa atender de forma estratégica, considerando os aspectos como custo-benefício, segurança aos usuários e colaboradores, buscando a manutenção da integridade e segurança destes, de forma a garantir a eficiência e efetividade dos serviços oferecidos para os usuários do SUS.

2.29 A Unidade demandante desse processo é totalmente voltada para atendimento dos usuários do SUS, e integra a rede de hospitais públicos, constituída pelo Governo do Estado do Paraná e mantida com recursos provenientes do orçamento estadual, administrado pela FUNFEAS.

2.30 Atualmente, a execução dos serviços laboratoriais ocorre por meio do Contrato nº 298/2025, firmado em decorrência da Dispensa de Licitação Emergencial nº 043/2025. Essa contratação emergencial foi necessária em virtude do encerramento do Contrato nº 025/2022, anteriormente aditivado nos exercícios de 2023 e 2024, que não foi renovado pela prestadora responsável. Tal situação ocasionou a necessidade de uma contratação emergencial, visando impedir a descontinuidade de serviços essenciais e ininterruptos à assistência hospitalar.

2.31 Entretanto, conforme o disposto no artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos regulamentares aplicáveis, o prazo máximo de vigência para contratações emergenciais é de até 180 dias, prorrogável apenas até o limite necessário para a conclusão do procedimento licitatório definitivo. Assim, considerando que o prazo de vigência do Contrato nº 298/2025 expira em maio de 2026, torna-se imprescindível a instauração de processo licitatório regular, de modo a assegurar a continuidade da prestação dos serviços laboratoriais.

2.32 Dessa forma, a contratação objeto desta justificativa visa garantir a manutenção dos serviços de apoio diagnóstico prestados ao HRS, preservando a qualidade da assistência, a segurança dos pacientes e a regularidade da execução contratual dentro dos parâmetros legais e administrativos vigentes.

2.33 Nesta perspectiva, vimos através deste documento solicitar a abertura de Licitação, modalidade Pregão Eletrônico para a contratação de prestação de serviços de realização de exames laboratoriais, para atender as necessidades da unidade Hospitalar Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS), para um período de doze (12) meses.

Tal contratação justifica-se conforme motivação que se apresenta:

DA LEGITIMIDADE

A FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ – FUNFEAS, é uma Fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de beneficência social, de interesse e de utilidade pública, fundada pela Lei Estadual nº 17.959/2014, a qual estabeleceu que a entidade é dotada de personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, de interesse e utilidade públicos, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficência social quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributários e fiscais.

A FUNFEAS integra a administração pública indireta do Estado do Paraná e vincula-se à Secretaria de Estado da Saúde (SESA), tendo por finalidade desenvolver e executar ações e serviços de saúde nas Unidades próprias, sendo elas: Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos (CPPI), Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP), Hospital Dermatológico Sanitário do Paraná (HDSR), Hospital Infantil Waldemar Monastier (HIWM), Hospital Regional de Guaraqueçaba (HRG), Hospital Regional do Litoral (HRL), Hospital Regional do Norte Pioneiro (HRNP), Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS), Hospital Dr. Anísio Figueiredo – Zona Norte de Londrina (HZN), Hospital Zona Sul Londrina (HZS),

Hospital Regional de Telêmaco Borba (HRTB), Hospital Regional de Ivaiporã (HRIV), Hospital Regional do Centro-Oeste (HRCO) e Hospital Adauto Botelho (HAB).

O Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits, no uso de suas atribuições legais e estatutárias inicia o presente processo para contratação de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS**, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, com realização de coletas e análises bioquímicas, análises hematológicas e de hemostasia, análises sorológicas e imunológicas, análises coprológicas, uroanálises, análises hormonais, análises toxicológicas e de monitorização terapêutica, análises microbiológicas, análises de líquidos biológicos, exames Imunohematológicos e imunológicos com emissão de seus respectivos laudos por equipe qualificada e devidamente registrada nos órgãos competentes no Estado do Paraná, para atender as necessidades da unidade por um período de 12 (doze) meses.

DA LEGALIDADE

A saúde é um direito fundamental previsto no art. 6º e 196 e da Constituição Federal, pois “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

A fundamentação legal também está amparada no contrato de gestão Nº 001/2021 vigente desde 01/01/2021, firmado entre a SESA e FUNFEAS, o qual estipula a operacionalização da gestão e a execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nas Unidades Assistenciais e Operacionais Próprias da Secretaria de Estado da Saúde, incluindo a contratação de serviços, a aquisição de insumos, medicamentos, materiais médico-hospitalar, entre outros itens fundamentais para o funcionamento das Unidades hospitalares. Neste sentido, está determinado que a FUNFEAS realize as aquisições de todos os materiais médico hospitalares, medicamentos, nutrição, saneantes, materiais de higiene, insumos gerais, entre outros, padronizados ou não nas Unidades, permitam a execução das ações elencadas no Contrato de Gestão.

As compras públicas regem-se pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, e demais regulamentações, portanto, imperativo que a contratação pretendida ocorra mediante processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo de julgamento de Menor Preço.

Esta definição ocorreu em razão da Lei Federal nº 14.133/2021, reafirmada pelo Decreto Estadual 10.086/2023;

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação **obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

[...] Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, **adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.** (grifo nosso).

Optou-se pela realização da presente licitação na modalidade eletrônica, conforme preferência definida na mesma Lei:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

[...] § 2º As licitações serão realizadas **preferencialmente sob a forma eletrônica**, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo. (grifo nosso).

A apresentação de uma solução para a prestação de serviços de realização de exames laboratoriais é imprescindível para garantir a qualidade dos serviços prestados no ambiente hospitalar e condições qualificadas para o atendimento.

A ausência dessas atividades comprometeria seriamente o funcionamento da unidade hospitalar, colocando em risco a segurança e o bem-estar de pacientes, além de prejudicar a continuidade dos serviços públicos essenciais de saúde.

Portanto, com base na legalidade exposta, solicita-se a presente contratação.

DO INTERESSE PÚBLICO

As unidades geridas pela FUNFEAS são instituições públicas de saúde especializadas no atendimento de baixa, média e alta complexidade, de adultos, crianças e adolescentes, totalmente voltado para atendimento dos usuários do SUS, integrando a rede de hospitais públicos, constituída pelo Governo do Estado do Paraná e mantida com recursos provenientes do orçamento estadual, administrado pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNFEAS.

A solução proposta para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais é essencial para assegurar um apoio diagnóstico seguro e confiável, contribuindo diretamente para a qualidade do atendimento médico e a efetividade dos tratamentos realizados nas unidades hospitalares. Simultaneamente, visa garantir a eficácia dos cuidados prestados aos pacientes atendidos, e a melhoria da saúde da população assistida pelo SUS. Dada a complexidade das patologias tratadas nos hospitais, a realização de exames laboratoriais é fundamental para o diagnóstico precoce, o monitoramento eficiente e o tratamento eficaz das diversas doenças, promovendo a recuperação e o bem-estar dos pacientes.

O Hospital Regional do Sudoeste, como unidade pública de referência para a saúde dos Municípios pertencentes a 7º e 8º Regionais de Saúde, possui um papel estratégico na rede estadual de saúde, atendendo exclusivamente usuários do SUS.

O intenso desenvolvimento científico e tecnológico tem propiciado o surgimento de inúmeros testes, utilizando as mais variadas técnicas laboratoriais. Muitos desses testes mostram alterações em fase pré-clínica de doença; outros, em geral por meio de técnicas de biologia molecular, permitem identificar indivíduos com maior suscetibilidade de desenvolver determinada doença (por exemplo, portadores de alterações genéticas). Alguns desses novos testes têm sido propostos para rastreamento, aumentando o número de exames laboratoriais realizados.

Os exames laboratoriais ajudam a prevenir doenças de muitas maneiras. Primeiramente, podem identificar as alterações no funcionamento corporal antes que os sintomas apareçam. Isso permite o início precoce do tratamento, evita complicações e aumenta as chances de bom prognóstico. Os exames laboratoriais monitoram o progresso e a eficácia das intervenções e tratamentos propostos para cada condição clínica. A partir dessas análises clínicas, a equipe consegue avaliar se a conduta adotada tem se mostrado eficiente ou se é preciso mudar a forma de manejo.

Com a realização de exames laboratoriais a equipe poderá avaliar qual a melhor conduta a ser adotada para cada paciente. Além disso, é essencial para garantir a segurança dos pacientes e a eficácia dos tratamentos, e busca prevenir a disseminação de infecções hospitalares. Sua falta pode comprometer a qualidade do atendimento, aumentando o risco de doenças, prolongando internações e sobrecarregando os recursos hospitalares. A ausência desse serviço implica na desassistência do serviço de saúde, e pode colocar em risco a saúde dos pacientes e a qualidade do cuidado prestado.

Além disso, a habitualidade da contratação se justifica pela natureza contínua e ininterrupta da demanda hospitalar, sendo que a falta desses serviços impactaria negativamente no cumprimento das metas assistenciais estabelecidas para a unidade hospitalar. Assim, a contratação de serviços especializados visa não apenas atender a um requisito técnico-operacional, mas também garantir a efetividade do direito constitucional à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal.

BENEFÍCIOS

A vantajosidade da prestação de serviços para realização de exames laboratoriais traz os seguintes benefícios:

- Diagnóstico precoce;
- Intervenções baseadas em evidências laboratoriais;
- Aplicação correta da tríade diagnóstica no rastreamento de doenças;
- Monitoramento de condições clínicas e planejamento de condutas;
- Melhoria na qualidade dos ambientes hospitalares;
- Maior segurança para pacientes e profissionais da saúde;
- Prevenção de infecções hospitalares.
- Eficiência no atendimento;
- Agiliza o fluxo de atendimento, reduzindo o tempo de espera dos pacientes e garantindo uma maior eficiência no diagnóstico e tratamento.

Nesse contexto, os exames laboratoriais são recursos eficientes, imprescindíveis e necessários que os profissionais de saúde devem ter à disposição, pois através deles, é possível avaliar parâmetros, analisar de forma minuciosa a condição de saúde dos pacientes, chegando ao diagnóstico e propiciando o melhor tratamento.

DOS PRODUTOS GERADOS

A solução para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais visa garantir a assistência aos pacientes, e resultarão nos seguintes produtos:

Unidade Administrativa	Diretoria/Área	Produtos Gerados
------------------------	----------------	------------------

Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits	Diretoria Geral Diretoria Administrativa Diretoria de Enfermagem Setores Técnicos Assistenciais	- Satisfação de usuários com a efetividade do serviço; - Segurança do paciente; - Alcance da meta estabelecida no contrato de gestão. - Garantir as condições técnicas necessárias e organização dos principais serviços de referência; - Realizar atendimento de qualidade; - Atendimento aos pacientes provenientes de: Consultas Médicas Iniciais e Retorno, Cirurgias Eletivas/Emergenciais, UTIs, Enfermaria Clínica, Enfermaria Cirúrgica,
--	--	--

DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação/aquisição busca executar atividades com o fim de atingir as metas estabelecidas para esta unidade gerida no Plano Operativo do Contrato de Gestão nº 1/2021.

As prestações de serviços visam manter a continuidade da assistência por meio da disponibilização de exames diagnósticos e de monitoramento aos pacientes atendidos pelo HRS.

Os exames laboratoriais são fundamentais para um diagnóstico preciso porque fornecem dados objetivos e quantificáveis sobre o estado de saúde do paciente. Eles complementam a avaliação clínica, oferecendo informações detalhadas que podem confirmar uma suspeita diagnóstica ou revelar condições que não eram aparentes. Isso permite aos médicos elaborarem planos de tratamento mais eficazes e personalizados, aumentando significativamente as chances de sucesso terapêutico.

Cabe ressaltar, que os exames laboratoriais são realizados a partir de amostras biológicas obtidas de um paciente, visando identificar e diagnosticar determinada patologia, bem como, estabelecer uma terapêutica correta diante de uma enfermidade. Sendo assim, o serviço ofertado pelo laboratório de análises clínicas representa um papel essencial para o HRS, sempre buscando propostas de melhorias assistenciais e auxiliando na prevenção, decisões terapêuticas e diagnóstica.

Na prática, os exames laboratoriais podem influenciar em aproximadamente 70% das decisões médicas aplicadas pela equipe multiprofissional ao paciente. O banco de dados de exames laboratoriais representa um importante avanço na compreensão das características e condições de saúde da população, permitindo detectar o perfil bioquímico de condições clínicas ou pré-clínicas dos pacientes e aprimorar a vigilância e o manejo eficaz das doenças crônicas, além de serem determinantes nas emergências.

Atualmente, os serviços laboratoriais são executados por meio do Contrato nº 298/2025, decorrente da Dispensa de Licitação Emergencial nº 043/2025, firmada em razão do encerramento do Contrato nº 025/2022, cuja renovação não ocorreu pela prestadora. A medida emergencial foi necessária para evitar a interrupção de serviços essenciais à assistência hospitalar.

Contudo, conforme o art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, as contratações emergenciais têm vigência máxima de 180 dias, prorrogável apenas até a conclusão do certame regular. Considerando que o contrato vigente expira em maio de 2026, é indispensável a abertura de processo licitatório definitivo, garantindo a continuidade dos serviços e o cumprimento dos princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

Desta forma, com o intuito de assegurar a continuidade da assistência, assim como garantir a eficiência e efetividade dos serviços a serem oferecidos aos usuários do SUS, que dependam destas tecnologias, se faz imprescindível a solicitação em questão, objetivando a prestação destes serviços pelo período de 12 (doze) meses.

É a motivação do ato.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A presente contratação visa garantir a realização de exames laboratoriais diversos, fundamentais para o apoio diagnóstico e acompanhamento clínico dos usuários atendidos pelo órgão. A solução contempla a prestação dos serviços de coleta, análise e emissão de laudos técnicos, com base em requisições médicas, assegurando a confiabilidade dos resultados e o cumprimento de prazos compatíveis com as necessidades assistenciais.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Critério utilizado: **MEDIANA**.

4.2 Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no art. 368, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, dentro eles:

- a) os preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública (art. 368, inciso II);
- b) a utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada (art. 368, inciso III);
- c) a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços (art. 368, inciso IV);
- d) os preços de tabelas oficiais (art. 368, inciso VI).

4.3 Consta no caderno de instrução da presente Licitação Tradicional a justificativa do preço adotado, contemplando pormenorizadamente o procedimento realizado para estabelecimento dos valores da contratação, podendo ser consultado a qualquer tempo pelos interessados a fim de evidenciar que a contratação está sendo realizada de acordo com os valores de mercado na presente data, condicionada a todas as particularidades provenientes da situação em que vivemos nesta data.

4.4 Deste modo, considerando que estes parâmetros são alternativas válidas – previstas no Decreto Estadual n.º 10.086/2022 – como alternativas de se realizar pesquisa de preços, entende-se que não ocorreu prejuízo na aferição do preço de mercado.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O objeto da presente contratação está estruturado em um único lote, composto por 527 (quinhentos e vinte e sete) itens, organização esta justificada pela inviabilidade técnica e operacional de se contratar múltiplas empresas para a execução de um mesmo serviço. O agrupamento em lote único foi definido com base na necessidade de compatibilidade e integração entre os itens, os quais estão intrinsecamente vinculados à realização de exames laboratoriais.

5.2 O agrupamento em um único lote pode garantir que o serviço seja executado de acordo com o mesmo padrão de qualidade e sob a responsabilidade de um único gestor. Isso é fundamental para garantir a

uniformidade no atendimento às demandas específicas da unidade, especialmente quando há exigências técnicas detalhadas e específicas para a execução dos serviços.

5.3 Ao agrupar os serviços de realização de exames em um único lote, facilita o monitoramento e a supervisão das atividades, permitindo à administração pública controlar mais eficazmente os resultados e assegurar que todos os aspectos do serviço sejam realizados de acordo com os padrões estabelecidos. Além disso, essa organização não gera qualquer prejuízo técnico ou econômico, promovendo uma otimização na utilização dos recursos disponíveis no mercado.

5.4 O fracionamento, neste caso, comprometeria a padronização dos procedimentos, a qualidade dos resultados e o atendimento às exigências técnicas, sanitárias e de segurança aplicáveis ao setor.

5.5 Adicionalmente, a adoção do lote único contribui para a mitigação de riscos operacionais, como a descontinuidade do serviço ou a ocorrência de inconsistências na execução, promovendo maior confiabilidade e efetividade na condução das atividades contratadas.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 O contratado deverá adotar as seguintes práticas e critérios de sustentabilidade, nos termos do art. 363 do Decreto nº 10.086/2022, compatíveis com a prestação de serviços laboratoriais em ambiente hospitalar:

I – utilizar exclusivamente reagentes, insumos, produtos de limpeza e desinfecção de superfícies, equipamentos e materiais laboratoriais que atendam às classificações, especificações e autorizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, observadas as normas de biossegurança vigentes;

II – adotar medidas para a redução do desperdício de água tratada, especialmente nos processos de lavagem, esterilização, preparo de amostras e funcionamento de equipamentos laboratoriais, sempre que tecnicamente viável;

III – fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPCs) necessários à execução segura dos serviços laboratoriais, em conformidade com as normas de saúde, segurança do trabalho e biossegurança;

IV – implementar programa interno de treinamento dos empregados, a ser realizado nos três primeiros meses de execução contratual, abordando, no mínimo, práticas de uso racional de energia elétrica, água, insumos laboratoriais e correta segregação e acondicionamento dos resíduos de serviços de saúde, observadas as normas ambientais e sanitárias vigentes;

V – realizar a segregação, na fonte geradora, dos resíduos gerados na execução dos serviços laboratoriais, em conformidade com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS do hospital, assegurando a separação dos resíduos recicláveis, quando aplicável, e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, nos termos do Decreto nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009, sem prejuízo do tratamento específico exigido para resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes;

VI – observar integralmente as Normas Brasileiras, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), aplicáveis aos resíduos sólidos e aos resíduos de serviços de saúde, bem como as resoluções da ANVISA e do CONAMA pertinentes;

VII – assegurar a destinação ambientalmente adequada de pilhas, baterias, lâmpadas, cartuchos, equipamentos eletrônicos, reagentes vencidos ou inservíveis e demais resíduos sujeitos à logística reversa, conforme a legislação ambiental e sanitária aplicável.

6.2 O contratado deverá atender às disposições relativas à logística reversa, nos termos do art. 364 do Decreto nº 10.086/2022 e da legislação ambiental e sanitária vigente, responsabilizando-se pela destinação final ambientalmente adequada dos produtos, embalagens, insumos e resíduos pós-consumo decorrentes da execução dos serviços laboratoriais, na proporção do fornecimento ao contratante.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Nesta contratação, não será possível aplicar o tratamento previsto no art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Tal afastamento está amparado pelo inciso III do art. 49 da mesma Lei, que estabelece:

"III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado."

7.2 No caso em análise, trata-se de um serviço de natureza indivisível, sendo inviável e economicamente desvantajoso para a Administração realizar múltiplos contratos para serviços semelhantes. Dessa forma, não é aplicável o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

7.3 Adicionalmente, o Decreto Estadual nº 10.086/2022 também prevê o afastamento do tratamento diferenciado para ME/EPP em situações como esta. O art. 120 do referido Decreto dispõe:

"Art. 120. Não se aplica o disposto nos arts. 117 a 119 deste Regulamento quando:

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado."

7.4 Portanto, a aplicação do tratamento diferenciado não é adequada para esta contratação, assegurando a integralidade do objeto e a eficiência administrativa na gestão do contrato.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

8.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.

8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 A operacionalização desse serviço deve atender aos requisitos técnicos e de qualidade previstos pela RDC ANVISA nº 302/2005, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios

Clínicos, incluindo critérios de infraestrutura, rastreabilidade e garantia da qualidade. Da mesma forma, deve observar as diretrizes da Política Nacional de Atenção Hospitalar (Portaria GM/MS nº 3.390/2013), que estabelece a integralidade e a continuidade da assistência hospitalar.

9.2 Para a realização dos exames, a CONTRATADA deverá realizar a coleta e transporte das amostras, as quais serão destinadas à estrutura da prestadora, alocada no HRS, para realização dos testes pertinentes, atendendo todos os parâmetros de regularidade, tempo viável para análise sem comprometer a viabilidade da amostra e fidedignidade dos resultados, de forma contínua assegurando a agilidade na tomada de decisão clínica e a efetividade terapêutica, o que poderá refletir diretamente na redução de riscos assistenciais e na segurança do paciente.

9.3 A empresa CONTRATADA deverá manter processos organizados e eficientes, garantindo prazos de resposta reduzidos e compatíveis com a realidade de pacientes críticos. Isso implica na integração entre equipe médica, enfermagem e setor laboratorial, além do uso de fluxos otimizados que assegurem a coleta imediata, o processamento rápido e a entrega tempestiva dos laudos. Tal medida não se configura apenas como um parâmetro de qualidade assistencial, mas como um requisito técnico indispensável para a preservação da vida, a redução de riscos e a efetividade do cuidado hospitalar.

9.4 O fornecedor deverá responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto;

9.5 Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na contratação;

9.6 O serviço deverá ser executado de modo contínuo e ininterrupto, todos os dias do ano;

9.7 Promover garantias de que o serviço não seja interrompido;

9.8 Ser realizado por profissionais com capacitação necessária ao serviço e riscos inerentes;

9.9 Abranger mão-de-obra e demais materiais e instrumentos necessários à execução do serviço;

9.10 Utilizar EPI, EPC e uniforme em conformidade às características do serviço e da unidade;

9.11 Estabelecer métrica para medição da qualidade do serviço prestado;

9.12 O laboratório deve estar devidamente licenciado pela Vigilância Sanitária, com registro no CNES e responsável técnico habilitado.

9.13 É necessário que os equipamentos atendam às normas de biossegurança e qualidade, com controle interno e participação em programas de controle externo.

9.14 Os serviços devem incluir coleta, transporte, análise e emissão de laudos, garantindo sigilo, rastreabilidade e cumprimento dos prazos definidos pela contratante.

9.15 O laboratório deve dispor de sistema informatizado compatível para integração de resultados, equipe técnica qualificada e funcionamento em regime compatível com as necessidades da unidade.

9.16 A contratada deve apresentar alvará sanitário, certidões negativas, registro no CNES e atestado de capacidade técnica que comprove experiência na área.

9.17 A contratada deverá apresentar declaração de atendimento à política ambiental, em especial que se responsabiliza integralmente com a Logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada;

9.18 O prazo para início do serviço será de até **15 (quinze) dias**, contados da assinatura do contrato, no endereço indicado abaixo:

HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECÓITS - HRS

Logradouro: Rodovia Contorno Leste, nº 200

Bairro Água Branca, CEP 85.601-270

Cidade: Francisco Beltrão – Pr

Responsável pelo recebimento: Aline Tombini

Telefone: (46) 3199-1700

E-mail: hrsdirecao@gmail.com

Horário de funcionamento: 24 horas.

9.19 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.20 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.21 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.22 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.23 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.24 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.25 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VIII (minuta do contrato).

9.26 A indicação de gestores e fiscais consta em documento individualizado no caderno de contratação, no qual foi dada ciência aos respectivos indicados.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a

descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.18 A disponibilização e gerenciamento de equipe técnica especializada para cobertura adequada de 24 (vinte e quatro) horas do laboratório, dimensionada em quantidade suficiente para atender toda a demanda prevista no objeto do presente instrumento, respeitando os prazos de entrega de laudos estabelecidos.

10.1.19 O fornecimento contínuo de todos os materiais e insumos inerentes à realização das coletas e processamento dos exames requisitados, durante a execução do contrato. Os materiais e insumos disponibilizados devem observar os princípios dispostos na NR 32, garantindo segurança ao colaborador no momento da coleta, de acordo com as rotinas padronizadas na instituição.

10.1.20 A disponibilização de reagentes essenciais e outros suprimentos para assegurar a acurácia e precisão dos resultados, sem prejuízo dos demais materiais e insumos inerentes à realização das coletas e processamento dos exames requisitados.

10.1.21 A coleta de amostras, com equipe técnica especializada, em pacientes internados ou em atendimento ambulatorial no HRS, todos os dias, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana, de acordo com as rotinas de coleta e resultados estabelecidos e padronizados pela CONTRATANTE.

10.1.22 A indicação de um profissional da área técnica da CONTRATADA para participar de reuniões de comissões hospitalares, quando necessário.

10.1.23 A elaboração de um programa de manutenção preventiva e corretiva que garanta que todos os equipamentos utilizados para realização de exames laboratoriais sofram inspeção, manutenção e calibração regularmente, bem como, que sejam realizados e mantidos os registros apropriados dessas atividades. Todos os equipamentos utilizados pelo laboratório são de responsabilidade da empresa CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

10.1.24 Dispor de funcionários devidamente uniformizados e identificados com crachá ou equivalente.

10.1.25 Dispor de um profissional qualificado para esclarecer dúvidas e questionamentos, 24 horas/dia, 07 dias da semana, sempre que um resultado de exame suscitar dúvidas pelo médico solicitante, se necessário, o exame deverá ser refeito sem nova cobrança ou custo adicional.

10.1.26 Dispor de equipamentos especializados e em boas condições de funcionamento para a realização dos serviços contratados.

10.1.27 Manter os seguintes documentos válidos e visíveis ao público, devendo estes ser apresentados ao CONTRATANTE: Alvará de Funcionamento, licença sanitária expedida pela Vigilância Sanitária, Certificado de Regularidade expedido pelo Conselho da respectiva área.

10.1.28 Inserir os resultados on-line diretamente no sistema GSUS, para o acesso e utilização pela Unidade Hospitalar.

10.1.29 A integração de interfaceamento do sistema do laboratório da CONTRATADA ao Sistema de Gestão Hospitalar GSUS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura do instrumento contratual.

10.1.30 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, bem como a alimentação de seus colaboradores, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

10.1.31 Executar os serviços cumprindo especificações conforme o termo de referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

10.1.32 Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem quantitativa e qualitativamente, o objeto pactuado com o Contratante.

10.1.33 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato respeitando a LGPD Lei Geral de Proteção de Dados.

10.1.34 Responsabilizar-se por todas as normas e procedimentos de segurança, inclusive a obrigatoriedade no uso de equipamentos de proteção individual, relacionados às atividades realizadas pelos profissionais vinculados a CONTRATADA, que resultem ou venham a resultar da execução do presente Instrumento de Contrato.

10.1.35 Comunicar por escrito à Direção da Unidade Hospitalar, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com o equipamento fornecido pela unidade hospitalar, para as providências necessárias.

10.1.36 Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

10.1.37 Responsabilizar-se por qualquer acidente a que tenha dado causa, de que possam ser vítimas seus profissionais no desempenho dos serviços objeto deste contrato, na área infortunistica, bem como por suas consequências, além de fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI's – recomendados pela Unidade Hospitalar, os quais serão oferecidos pela CONTRATANTE.

10.1.38 A CONTRATADA deverá orientar os profissionais em atividades na unidade hospitalar acerca do uso de crachás de identificação e/ou identificação dos nomes nos Jalecos, cuja disponibilização será de sua responsabilidade.

10.1.39 Substituir qualquer profissional seu, cuja presença seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos serviços da unidade hospitalar.

10.1.40 Atender 100% da demanda encaminhada ao HRS, conforme o perfil da unidade, de forma ininterrupta.

10.1.41 A CONTRATADA deverá seguir as normas de boas práticas emanadas pela Vigilância Sanitária e demais órgãos fiscalizadores.

10.1.42 A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato, em seu quadro permanente todos os profissionais com a capacitação comprovada. As contratações dos prestadores de serviço deverão estar de acordo com as leis vigentes e com as convenções de trabalho da categoria; apresentar a relação de nomes dos prestadores de serviços designados para realização dos serviços.

10.1.43 A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao gestor do contrato eventual suspensão da prestação do serviço ou qualquer anormalidade verificada na execução do contrato, devendo do mesmo modo, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE.

10.1.44 Durante a execução do contrato a CONTRATADA obriga-se a adotar todas as preocupações e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários, seus prepostos e a terceiros, pelos quais será integralmente responsável.

10.1.45 CONTRATADA deverá indicar um profissional, na condição de preposto contratual, responsável pelo atendimento à CONTRATANTE em todos os assuntos pertinentes à execução do Contrato. O preposto não necessariamente deverá permanecer no local de execução.

10.1.46 A CONTRATADA deverá manter disciplina nos locais dos serviços substituindo, após notificação, qualquer mão de obra cujo comportamento seja considerado inconveniente pela CONTRATANTE.

10.1.47 A CONTRATADA não reproduzirá, divulgará ou utilizará em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.

10.1.48 A CONTRATADA instruirá a mão-de-obra, quanto à prevenção de acidente no trabalho de acordo com as normas vigentes instituídas pela Empresa de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE, provendo-os dos equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como fiscalizando o seu uso.

10.1.49 A CONTRATADA garantirá livre acesso a informações, dos procedimentos e à documentação referente aos serviços prestados, aos gestores indicados pela CONTRATANTE, para o acompanhamento da gestão contratual.

10.1.50 A CONTRATADA responsabiliza-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência de suas ações, tendo direito a CONTRATANTE ao ressarcimento da CONTRATADA, por força contratual, em eventual responsabilidade da CONTRATANTE em decorrência de defeitos nos serviços da CONTRATADA, podendo inclusive denunciá-la à lide para evitar o ajuizamento de ação de regresso.

10.1.51 A CONTRATADA se responsabilizará por todas as despesas com encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, sendo que os colaboradores da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE.

10.1.52 A CONTRATADA terá seu desempenho submetido a acompanhamentos sistemáticos de acordo com os critérios de avaliação e controle da CONTRATANTE. A fiscalização ou acompanhamento da execução deste Contrato, por parte dos órgãos competentes da CONTRATANTE, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

10.1.53 A CONTRATADA manterá completa e garantirá o absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que venha a ser confiado em razão deste contrato, sendo eles de interesse do CONTRATANTE, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimentos a terceiros a esta contratação, sob pena da lei.

10.1.54 A CONTRATADA assume a defesa contra quaisquer reclamações ou demandas ambientais, administrativas e judiciais, arcando com os respectivos ônus, decorrentes de quaisquer falhas na prestação dos serviços ora contratados ou danos que venham a ser causados durante o período de execução dos serviços, seja na atuação direta, seja por seus empregados ou prepostos.

10.1.55 A CONTRATADA não terá como sócios, gerentes, diretores ou administradores, os cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de funcionários, ocupantes dos cargos de direção, chefia, assessoramento da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual.

10.1.56 A contratada fica ciente, independente de transcrição, que ela estará sujeita à legislação vigente no país, em especial no que se refere a ANVISA.

10.1.57 A CONTRATADA deverá manter cadastro dos usuários, que permita o acompanhamento, controle e supervisão dos serviços.

10.1.58 A CONTRATADA cumprirá as orientações referentes à regulação de acesso ao serviço de saúde a ser prestado, bem como as orientações referentes ao fluxo de documentos para controle e avaliação dos procedimentos realizados e do seu faturamento.

10.1.59 A CONTRATADA obriga-se a cumprir e respeitar as determinações do presente documento e as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho vigentes no âmbito da CONTRATANTE e, em nenhuma hipótese poderá alegar desconhecimento delas, ficando responsável pelos atos de seus empregados decorrentes da sua inobservância.

10.1.60 Providenciar a substituição de qualquer empregado que esteja a serviço da CONTRATADA, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.1.61 Assumir responsabilidade em relação a todos os ônus fiscais legalmente previstos como sendo de sua responsabilidade, advindos de valores pagos em razão deste Contrato.

10.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11 GARANTIA DA EXECUÇÃO

11.1 Conforme previsto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, pode-se estabelecer uma garantia de até 5% do valor inicial do contrato, que pode ser elevada para até 10% quando há justificativa que demonstre complexidade técnica ou riscos relevantes no projeto ou empreendimento.

11.2 Adicionalmente, os arts. 99 e 102 da mesma lei permitem a exigência de seguro-garantia para obras e serviços de grande vulto, sendo consideradas de grande vulto as obras, serviços e fornecimentos com valor estimado superior a R\$ 200.000.000,00 (art. 6º, inciso XXII).

11.3 Considerando que o objeto a ser contratado refere-se à prestação de serviços laboratoriais em ambiente hospitalar, os quais demandam elevado grau de complexidade técnica e operacional, em razão da criticidade dos procedimentos, da necessidade de rigoroso controle de qualidade, do cumprimento de protocolos técnicos e sanitários, bem como do impacto direto nos diagnósticos e na segurança do paciente, torna-se necessária a adoção de medidas adicionais de garantia. Dessa forma, visando à mitigação dos riscos identificados e à garantia da adequada execução contratual, será exigida garantia de execução correspondente a 5% do valor do contrato, nos termos da legislação vigente, como medida destinada a assegurar a integridade e a qualidade da prestação dos serviços.

11.4 O adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

11.4.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.4 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5 A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

11.6 O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

11.7 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

11.7.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

11.7.2 seguro-garantia;

11.7.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.7.4 A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

11.8 Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

11.9 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

11.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.10.1 Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente

11.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.12 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

12 FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

12.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

12.3 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná (FUNFEAS), CNPJ 24.039.073/0001-55, Rua do Rosário, nº 144, 10º andar, CEP: 80.020-110 Curitiba-PR, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

12.5 Para efeitos de pagamento pelo Departamento Financeiro/FUNFEAS, é necessário que o CNPJ registrado na conta corrente do licitante seja o mesmo de sua razão social;

12.6 A FUNFEAS efetivará o pagamento devido, somente através de depósito em conta corrente da empresa vencedora do certame no Banco do Brasil, não sendo quitados débitos através de boletos bancários;

12.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.8 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

12.9 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

13 DO REAJUSTAMENTO

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que é 22/12/2025, data esta que se refere ao mapa de formação de preço por meio do qual foi realizada a pesquisa de mercado.

13.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

13.2.2 Caso o contratado não solicite dentro do prazo que trata o item anterior, os efeitos do reajuste serão concedidos 30 (trinta) dias após a efetiva formalização do pedido.

13.2.3 O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

13.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

13.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

13.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

14 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

- 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).
- Licença Sanitária;
- Certificação de regularidade do Conselho de Classe atualizado;
- Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao Conselho de Classe;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento em Saúde – CNES;
- Cadastro na RedeLab/LACEN/SESA/PR (**apresentação após assinatura do contrato**);

15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

15.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.1.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

15.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

15.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

16 CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1 O prazo para início do serviço será de até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato.

16.2 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 15 (quinze) dias.

16.2.2 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

16.3 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

16.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17 VIGÊNCIA

17.1 O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

18 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

18.1 INFORMAÇÕES GERAIS

18.1.1 O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

18.1.2 Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

18.1.3 Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

18.1.4 Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

18.2 CONDIÇÕES GERAIS

18.2.1 Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

18.2.2 A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

18.2.3 O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

18.2.4 Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

18.2.5 O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

18.2.6 Para consecução destes objetivos deverá ser adotado as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

18.3 DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR EXECUÇÃO DO SERVIÇO

18.3.1 A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o “mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

18.3.2 Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

INDICADORES	
1	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS LABORATORIAIS
2	TEMPO DE RESPOSTA E ENTREGA DE RESULTADOS
3	QUALIDADE TÉCNICA E CONFORMIDADE DOS LAUDOS
4	FUNCIONARIOS
5	EQUIPAMENTOS, INSUMOS E INFRAESTRUTURA LABORATORIAL
6	CONTROLE DE NÃO CONFORMIDADES TÉCNICAS RECORRENTES
7	ENTREGA DE RELATÓRIOS E DOCUMENTAÇÃO PARA TRÂMITE FINANCEIRO

INDICADOR Nº 1: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS LABORATORIAIS	
Finalidade	Garantir a plena execução dos serviços laboratoriais contratados, de forma contínua e ininterrupta.
Meta a Cumprir	100% de conformidade com as obrigações contratuais e operacionais.
Instrumento de medição	Checklist e verificação diária pelo fiscal do contrato junto as equipes multidisciplinares.
Forma de acompanhamento	Checklist e verificação diária pelo fiscal do contrato junto as equipes multidisciplinares.
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de cálculo	Aplicação da pontuação conforme ocorrências verificadas.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Interrupção dos serviços laboratoriais sem justificativa formal ou motivo de força maior.	1,0 ponto por dia de interrupção
Ausência de equipe técnica no turno designado.	1,0 ponto por ocorrência
Descumprimento de horários ou prazos de coleta e entrega de resultados.	0,5 ponto por ocorrência
Não substituição de profissional afastado no prazo máximo de 24 horas.	1,0 ponto por ocorrência
Manter colaborador sem habilitação técnica exigida.	2,0 pontos por ocorrência

Observações: Serão registrados as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos e o acúmulo é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº 2: TEMPO DE RESPOSTA E ENTREGA DE RESULTADOS	
Finalidade	Assegurar que o tempo entre solicitação, coleta e liberação do exame atenda aos prazos estabelecidos pela contratante.
Meta a Cumprir	100% dos resultados liberados dentro dos prazos definidos por protocolo assistencial.
Instrumento de medição	Monitoramento eletrônico via sistema e planilhas de controle.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento pelo fiscal do contrato e Diretoria Técnica.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Pontuação conforme atrasos identificados.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Atraso na liberação de exames solicitado em setores críticos.	1,0 ponto por exame
Atraso em exames de rotina.	0,5 ponto por exame
Falha na comunicação de resultados críticos ao corpo clínico.	1,0 ponto por ocorrência

Observações: Serão registrados as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos e o acúmulo é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº3: QUALIDADE TÉCNICA E CONFORMIDADE DOS LAUDOS	
Finalidade	Garantir a confiabilidade e acurácia dos exames laboratoriais realizados.
Meta a Cumprir	100% dos exames conformes com controle interno e externo de qualidade.
Instrumento de medição	Auditorias internas, controles de qualidade e relatórios técnicos.
Forma de acompanhamento	Supervisão técnica e fiscal do contrato.
Periodicidade	Mensal

Mecanismo de cálculo	Pontuação conforme atrasos identificados.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Laudos inconsistentes, inconclusivos ou sem assinatura do responsável técnico.	1,0 ponto por laudo
Falha em controle interno de qualidade.	1,0 ponto por ocorrência
Falha na comunicação de resultados críticos ao corpo clínico.	1,0 ponto por ocorrência
Não conformidade em controle externo (prova de proficiência).	2,0 pontos por ocorrência
Reincidência de falhas técnicas em exames do mesmo setor.	2,0 pontos por reincidência

Observações: Serão registrados as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos e o acúmulo é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº 4: FUNCIONÁRIOS	
Finalidade	Garantir a quantidade e padronização de funcionários necessários à plena execução da prestação dos serviços laboratoriais e conduta compatível com o objeto e local da prestação de serviços.
Meta a Cumprir	100% da presença dos funcionários e atendimento à conduta e demais condições previstas no contrato.
Instrumento de medição	Conferência local.
Forma de acompanhamento	Fiscalização pelo setor técnico e administrativo.
Periodicidade	Diária
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Indisponibilidade da prestação do serviço (ausência de algum funcionário, sem a devida cobertura) por um período superior a 30 minutos	2,0 pontos por ocorrência
Recusar-se a executar os serviços compatíveis o objeto contratado.	1,0 ponto por ocorrência
Destruir ou danificar documentos e/ou equipamentos pertencentes à contratante por culpa ou dolo do funcionário da contratada.	1,0 ponto por ocorrência
Não respeitar os horários de escala para coletas nos setores	1,0 ponto por ocorrência
Não fornecer/exigir o uso de uniformes e EPIs conforme as normativas para estabelecimentos da saúde.	2,0 pontos por colaborador.
Permitir funcionários com uniformes em condições ruins (sujo, rasgado, mal arrumado, encardido); sem a utilização de crachá; e em discordância com a Portaria Adorno Zero.	1,0 ponto por colaborador

Observações: Serão registrados as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos e o acúmulo é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº 5: EQUIPAMENTOS, INSUMOS E INFRAESTRUTURA LABORATORIAL	
Finalidade	Assegurar o perfeito funcionamento dos equipamentos e disponibilidade de insumos necessários à realização dos exames.
Meta a Cumprir	100% dos equipamentos e insumos disponíveis e operacionais.
Instrumento de medição	Checklist técnico e relatórios de manutenção preventiva e corretiva.
Forma de acompanhamento	Fiscalização pelo setor técnico e administrativo.
Periodicidade	Semanal
Mecanismo de cálculo	Pontuação conforme falhas verificadas.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Falha de equipamento que cause interrupção na execução dos exames.	1,0 ponto por equipamento
Atraso na substituição ou manutenção de equipamento.	1,0 ponto por ocorrência
Falta de insumo essencial para execução dos exames.	1,0 ponto por dia
Uso de equipamento sem calibração vigente.	2,0 pontos por ocorrência

Observações: Serão registrados as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos e o acúmulo é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº 6: CONTROLE DE NÃO CONFORMIDADES E RECLAMAÇÕES	
Finalidade	Identificar, registrar e corrigir falhas na execução dos serviços laboratoriais.
Meta a Cumprir	100% das não conformidades tratadas e resolvidas dentro do prazo.
Instrumento de medição	Checklist, relatórios de não conformidade e notificações.
Forma de acompanhamento	Fiscal do contrato, Direção Técnica e Direção Administrativa

Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Pontuação conforme reincidências e falhas não corrigidas.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
<div> <div>OCORRÊNCIA</div> <div>PONTUAÇÃO</div> </div>	
Reincidência de falha técnica não tratada no prazo de 7 dias.	1,0 ponto por reincidência
Ocorrência de reclamação formal de usuário ou setor assistencial.	0,5 ponto por ocorrência
Não apresentação de relatório de tratamento de não conformidade.	1,0 ponto por ocorrência

Observações: Serão registrados as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos e o acúmulo é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº 7: ENTREGA DE RELATÓRIOS E DOCUMENTAÇÃO PARA TRÂMITE FINANCEIRO	
Finalidade	Avaliar o cumprimento, por parte da contratada, dos prazos estabelecidos para a entrega de toda a documentação necessária para o processamento e liberação da Nota Fiscal, conforme cronograma financeiro e exigências contratuais, avaliadas pelo fiscal do contrato.
Meta a Cumprir	Encaminhar ao Fiscal do Contrato, no primeiro dia útil de cada mês, toda a documentação necessária para o trâmite financeiro, observando o prazo máximo de até o quinto dia útil.
Instrumento de medição	Checklist, relatórios de não conformidade e notificações.
Forma de acompanhamento	Conferência pelo Fiscal do contrato e Direção Administrativa
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
<div> <div>OCORRÊNCIA</div> <div>PONTUAÇÃO</div> </div>	
Entrega de relatórios técnicos em atraso.	1,0 ponto por ocorrência
Entrega de relatórios contendo as não conformidades identificadas nos exames realizados, bem como a consolidação dos quantitativos executados e dos valores pactuados em contrato.	2,0 pontos por ocorrência
Entrega da nota fiscal fora do prazo estabelecido.	1,0 ponto por ocorrência
Ausência de documentação obrigatória para pagamento.	1,0 ponto por ocorrência

Observações: Serão registrados as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de descontos. Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos e o acúmulo é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte.

DESCONTOS	
Pontos	Desconto
2,0 a 5,0	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
5,1 a 8,0	1% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
8,1 a 11,0	2% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
11,1 a 14,0	3% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
14,1 a 16,0	4% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
16,1 a 20,0	5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
20,1 a 25,0	7% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
25,1 a 30,0	10% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
> 30,0	20% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
1.	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
2.	Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.

19 SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, no limite de 25% (vinte e cinco por cento), abrangido neste limite tão somente as atividades de transporte das amostras biológicas e/ou o processamento das amostras poderão ser subcontratados pela empresa licitante, devendo o licitante, na fase de habilitação do certame, apresentar declaração assinada pelo responsável legal do licitante, que está ciente de que a empresa a ser subcontratada para realização do processamento das amostras deverá estar devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, bem como possuir a mesma qualificação técnica exigida para a empresa licitante na execução dos serviços objeto dessa licitação, com base no art. 67, § 9º da Lei nº 14.133/2021, bem como a empresa a ser subcontratada para realizar o transporte das amostras deverá atender as Boas Práticas para o transporte de material biológico humano, conforme RDC n.º 504, de 27 de maio de 2021.

19.2 Fica obrigado o contratado a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

19.3 Em hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

20 VISTORIA

20.1 Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto à responsável Iria Frates Melek, pelo telefone (41) 3391-8100.

20.2 Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante dos Modelos de Declaração (Modelo 3 do Anexo VI deste Edital).

20.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

20.4 Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

21 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: Hospital Regional do Sudoeste

Fonte de Recursos: 01 – Contratação de Gestão;

Programa de Trabalho: De acordo com a Lei Orçamentaria Anual (LOA), compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) vigentes, nos termos do art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021;

Elemento de Despesa: 3.3.90.38.50.00 Serviço Médico – Hospitalar, Odontológico e Laboratorial

21.2 O empenho da despesa não excederá o valor das obrigações administrativas a serem cumpridas no exercício financeiro em curso.

22 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

22.1 Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto n.º 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

22.2 As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

22.3 O arrematante entregará, junto com os demais documentos:

22.3.1 o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

22.3.2 documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

22.4 Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

22.5 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outra licitante.

22.6 Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

22.7 A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

22.8 Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

22.9 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

22.10 Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

22.11 Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.

23 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

24 DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

24.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Francisco Beltrão, 30 de abril de 2026.

(Assinado e datado digitalmente)

Franciele do Nascimento Santos Zonta

Enfermeira

DAD/HRS

Responsável pela compilação de informações do Termo de Referência

1. Ciente.

(Assinado e datado digitalmente)

Ana Paula Battisti

Diretora Geral

HRS/FUNFEAS/SESA

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços GMS, no portal <https://gms.pr.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

A documentação de habilitação referida no Capítulo do Título II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 poderá ser:

- a) apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
- b) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;
- c) dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor indicado no inciso III do art. 70 da Lei n.º 14.133/2021.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1.4.1.2.1 Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na junta comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

1.4.1.2.2 Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por ser recém-constituída, apresentação de cópia do balanço de abertura, devidamente registrado na junta comercial ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente registrados na junta comercial da sede ou domicílio do licitante.

1.4.1.3 Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços GMS, no portal <https://gms.pr.gov.br/>, deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o lote arrematado. Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, a execução de serviços laboratoriais em quantidade de no mínimo 10% (dez por cento) em relação a quantidade de bens exigida para cada lote. Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.5.2 Licença Sanitária.

1.5.3 Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao Conselho de Classe.

1.5.4 Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento em Saúde – CNES.

1.5.5 Cadastro na RedeLab/LACEN/SESA/PR (apresentação após assinatura do contrato).

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço			
Bairro:	Cidade:	Estado:	
CEP:			
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1							

2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO ²

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

²

A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

- a) que não incide em nenhuma das situações contidas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- b) que não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- d) que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal;
- e) que não incide em nenhuma das situações impeditivas à contratação, indicadas no Decreto Estadual nº 2.485/2019, que veda o nepotismo nos Órgãos e entidades estaduais nas contratações celebradas pela Administração Pública do Estado do Paraná;
- f) que atesta o atendimento à Política Pública Ambiental de licitação sustentável, em especial, que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;
- g) que consente com o fornecimento de dados pessoais em atendimento à LGPD;
- h) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e
- i) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI
LOCAIS DE ENTREGA

HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECÓITS - HRS

Local de Entrega: Rodovia Contorno Leste, nº 200; Bairro Água Branca, CEP 85.601-270; Cidade: Francisco Beltrão – Pr

Responsável pelo Recebimento: Aline Tombini

Telefone: (46) 3199-1700

E-mail: hrsdirecao@gmail.com

Horário de Funcionamento:

ANEXO VII
MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEDS, instituída pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.039.073/0001-55, doravante denominada de **CONTRATANTE**, com sede e foro nesta Capital, situada na Rua do Rosário, nº 144, 10º andar, CEP 80.020-110 neste ato representada por seu Diretor Presidente, **GERALDO GENTIL BIESEK**, portador do RG nº 3.177.159-5 e CPF/MF nº 555.399.129-34, e por seu Diretor Administrativo, **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**, portador do RG nº 4.283.953-4, e inscrito no CPF/MF sob o nº 597.036.369-34.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº 0000/202_XXXX (protocolo nº 00.000.000-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Contratação de **SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS**, com fornecimento de equipe especializada, equipamentos e insumos necessários para instalação de laboratório dentro do Hospital Regional do Sudoeste, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência.

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXX, objeto do processo administrativo nº 23.763.166-8, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado nº XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços (unitários/global) previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

4 REAJUSTE

4.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que é 22/12/2025, data esta que se refere ao mapa de formação de preço por meio do qual foi realizada a pesquisa de mercado.

4.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.2.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

4.2.2 Caso o contratado não solicite não solicite dentro do prazo que trata o item anterior, os efeitos do reajuste serão concedidos 30 (trinta) dias após a efetiva formalização do pedido.

4.2.3 O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

4.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

4.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

4.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

6.2 O serviço terá início em 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, a contar de XXXXXX.

6.3 Os serviços serão prestados no **HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE WALTER ALBERTO PECÓITS – HRS**, conforme o Anexo VIII, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 15 (quinze) dias.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55

Elemento da despesa: 3.3.90.39.50

Fonte: 1 – RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

8 VIGÊNCIA:

8.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

9 PAGAMENTO:

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

- 10.1.7** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;
- 10.1.8** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
- 10.1.9** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
- 10.1.10** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
- 10.1.11** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
- 10.1.12** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.1.13** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.1.14** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
- 10.1.15** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- 10.1.16** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 10.1.17** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 10.1.17.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 10.1.17.2** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 10.1.17.3** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 10.1.17.4** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- 10.1.17.5** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 10.1.17.6** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 10.1.18** A disponibilização e gerenciamento de equipe técnica especializada para cobertura adequada de 24 (vinte e quatro) horas do laboratório, dimensionada em quantidade suficiente para atender toda a demanda prevista no objeto do presente instrumento, respeitando os prazos de entrega de laudos estabelecidos.
- 10.1.19** O fornecimento contínuo de todos os materiais e insumos inerentes à realização das coletas e processamento dos exames requisitados, durante a execução do contrato. Os materiais e insumos disponibilizados devem observar os princípios dispostos na NR 32, garantindo segurança ao colaborador no momento da coleta, de acordo com as rotinas padronizadas na instituição.
- 10.1.20** A disponibilização de reagentes essenciais e outros suprimentos para assegurar a acurácia e precisão dos resultados, sem prejuízo dos demais materiais e insumos inerentes à realização das coletas e processamento dos exames requisitados.
- 10.1.21** A coleta de amostras, com equipe técnica especializada, em pacientes internados ou em atendimento ambulatorial no HRS, todos os dias, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias da semana, de acordo com as rotinas de coleta e resultados estabelecidos e padronizados pela CONTRATANTE.
- 10.1.22** A indicação de um profissional da área técnica da CONTRATADA para participar de reuniões de comissões hospitalares, quando necessário.
- 10.1.23** A elaboração de um programa de manutenção preventiva e corretiva que garanta que todos os equipamentos utilizados para realização de exames laboratoriais sofram inspeção, manutenção e calibração regularmente, bem como, que sejam realizados e mantidos os registros apropriados dessas atividades. Todos os equipamentos utilizados pelo laboratório são de responsabilidade da empresa CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 10.1.24** Dispor de funcionários devidamente uniformizados e identificados com crachá ou equivalente.
- 10.1.25** Dispor de um profissional qualificado para esclarecer dúvidas e questionamentos, 24 horas/dia, 07 dias da semana, sempre que um resultado de exame suscitar dúvidas pelo médico solicitante, se necessário, o exame deverá ser refeito sem nova cobrança ou custo adicional.

- 10.1.26** Dispor de equipamentos especializados e em boas condições de funcionamento para a realização dos serviços contratados.
- 10.1.27** Manter os seguintes documentos válidos e visíveis ao público, devendo estes ser apresentados ao CONTRATANTE: Alvará de Funcionamento, licença sanitária expedida pela Vigilância Sanitária, Certificado de Regularidade expedido pelo Conselho da respectiva área.
- 10.1.28** Inserir os resultados on-line diretamente no sistema GSUS, para o acesso e utilização pela Unidade Hospitalar.
- 10.1.29** A integração de interfaceamento do sistema do laboratório da CONTRATADA ao Sistema de Gestão Hospitalar GSUS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura do instrumento contratual.
- 10.1.30** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, bem como a alimentação de seus colaboradores, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- 10.1.31** Executar os serviços cumprindo especificações conforme o termo de referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 10.1.32** Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem quantitativa e qualitativamente, o objeto pactuado com o Contratante.
- 10.1.33** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato respeitando a LGPD Lei Geral de Proteção de Dados.
- 10.1.34** Responsabilizar-se por todas as normas e procedimentos de segurança, inclusive a obrigatoriedade no uso de equipamentos de proteção individual, relacionados às atividades realizadas pelos profissionais vinculados a CONTRATADA, que resultem ou venham a resultar da execução do presente Instrumento de Contrato.
- 10.1.35** Comunicar por escrito à Direção da Unidade Hospitalar, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com o equipamento fornecido pela unidade hospitalar, para as providências necessárias.
- 10.1.36** Aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.
- 10.1.37** Responsabilizar-se por qualquer acidente a que tenha dado causa, de que possam ser vítimas seus profissionais no desempenho dos serviços objeto deste contrato, na área infortunistica, bem como por suas consequências, além de fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI's – recomendados pela Unidade Hospitalar, os quais serão oferecidos pela CONTRATANTE.
- 10.1.38** A CONTRATADA deverá orientar os profissionais em atividades na unidade hospitalar acerca do uso de crachás de identificação e/ou identificação dos nomes nos Jalecos, cuja disponibilização será de sua responsabilidade.
- 10.1.39** Substituir qualquer profissional seu, cuja presença seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos serviços da unidade hospitalar.
- 10.1.40** Atender 100% da demanda encaminhada ao HRS, conforme o perfil da unidade, de forma ininterrupta.
- 10.1.41** A CONTRATADA deverá seguir as normas de boas práticas emanadas pela Vigilância Sanitária e demais órgãos fiscalizadores.
- 10.1.42** A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato, em seu quadro permanente todos os profissionais com a capacitação comprovada. As contratações dos prestadores de serviço deverão estar de acordo com as leis vigentes e com as convenções de trabalho da categoria; apresentar a relação de nomes dos prestadores de serviços designados para realização dos serviços.
- 10.1.43** A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao gestor do contrato eventual suspensão da prestação do serviço ou qualquer anormalidade verificada na execução do contrato, devendo do mesmo modo, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE.
- 10.1.44** Durante a execução do contrato a CONTRATADA obriga-se a adotar todas as preocupações e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários, seus prepostos e a terceiros, pelos quais será integralmente responsável.
- 10.1.45** CONTRATADA deverá indicar um profissional, na condição de preposto contratual, responsável pelo atendimento à CONTRATANTE em todos os assuntos pertinentes à execução do Contrato. O preposto não necessariamente deverá permanecer no local de execução.
- 10.1.46** A CONTRATADA deverá manter disciplina nos locais dos serviços substituindo, após notificação, qualquer mão de obra cujo comportamento seja considerado inconveniente pela CONTRATANTE.
- 10.1.47** A CONTRATADA não reproduzirá, divulgará ou utilizará em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.
- 10.1.48** A CONTRATADA instruirá a mão-de-obra, quanto à prevenção de acidente no trabalho de acordo com as normas vigentes instituídas pela Empresa de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE, provendo-os dos equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como fiscalizando o seu uso.

10.1.49 A CONTRATADA garantirá livre acesso a informações, dos procedimentos e à documentação referente aos serviços prestados, aos gestores indicados pela CONTRATANTE, para o acompanhamento da gestão contratual.

10.1.50 A CONTRATADA responsabiliza-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência de suas ações, tendo direito a CONTRATANTE ao ressarcimento da CONTRATADA, por força contratual, em eventual responsabilidade da CONTRATANTE em decorrência de defeitos nos serviços da CONTRATADA, podendo inclusive denunciá-la à lide para evitar o ajuizamento de ação de regresso.

10.1.51 A CONTRATADA se responsabilizará por todas as despesas com encargos e obrigações sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, sendo que os colaboradores da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE.

10.1.52 A CONTRATADA terá seu desempenho submetido a acompanhamentos sistemáticos de acordo com os critérios de avaliação e controle da CONTRATANTE. A fiscalização ou acompanhamento da execução deste Contrato, por parte dos órgãos competentes da CONTRATANTE, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

10.1.53 A CONTRATADA manterá completa e garantirá o absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que venha a ser confiado em razão deste contrato, sendo eles de interesse do CONTRATANTE, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimentos a terceiros a esta contratação, sob pena da lei.

10.1.54 A CONTRATADA assume a defesa contra quaisquer reclamações ou demandas ambientais, administrativas e judiciais, arcando com os respectivos ônus, decorrentes de quaisquer falhas na prestação dos serviços ora contratados ou danos que venham a ser causados durante o período de execução dos serviços, seja na atuação direta, seja por seus empregados ou prepostos.

10.1.55 A CONTRATADA não terá como sócios, gerentes, diretores ou administradores, os cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de funcionários, ocupantes dos cargos de direção, chefia, assessoramento da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual.

10.1.56 A contratada fica ciente, independente de transcrição, que ela estará sujeita à legislação vigente no país, em especial no que se refere a ANVISA.

10.1.57 A CONTRATADA deverá manter cadastro dos usuários, que permita o acompanhamento, controle e supervisão dos serviços.

10.1.58 A CONTRATADA cumprirá as orientações referentes à regulação de acesso ao serviço de saúde a ser prestado, bem como as orientações referentes ao fluxo de documentos para controle e avaliação dos procedimentos realizados e do seu faturamento.

10.1.59 A CONTRATADA obriga-se a cumprir e respeitar as determinações do presente documento e as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho vigentes no âmbito da CONTRATANTE e, em nenhuma hipótese poderá alegar desconhecimento delas, ficando responsável pelos atos de seus empregados decorrentes da sua inobservância.

10.1.60 Providenciar a substituição de qualquer empregado que esteja a serviço da CONTRATADA, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.1.61 Assumir responsabilidade em relação a todos os ônus fiscais legalmente previstos como sendo de sua responsabilidade, advindos de valores pagos em razão deste Contrato.

10.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11 GARANTIA DE EXECUÇÃO:

11.1 Conforme previsto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, pode-se estabelecer uma garantia de até 5% do valor inicial do contrato, que pode ser elevada para até 10% quando há justificativa que demonstre complexidade técnica ou riscos relevantes no projeto ou empreendimento.

11.2 Adicionalmente, os arts. 99 e 102 da mesma lei permitem a exigência de seguro-garantia para obras e serviços de grande vulto, sendo consideradas de grande vulto as obras, serviços e fornecimentos com valor estimado superior a R\$ 200.000.000,00 (art. 6º, inciso XXII).

11.3 Considerando que o objeto a ser contratado refere-se à prestação de serviços laboratoriais em ambiente hospitalar, os quais demandam elevado grau de complexidade técnica e operacional, em razão da criticidade dos procedimentos, da necessidade de rigoroso controle de qualidade, do cumprimento de protocolos técnicos e sanitários, bem como do impacto direto nos diagnósticos e na segurança do paciente, torna-se necessária a adoção de medidas adicionais de garantia. Dessa forma, visando à mitigação dos riscos identificados e à garantia da adequada execução contratual, será exigida garantia de execução correspondente a 5% do valor do contrato, nos termos da legislação vigente, como medida destinada a assegurar a integridade e a qualidade da prestação dos serviços.

11.4 O adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

11.4.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.4 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5 A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

11.6 O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

11.7 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

11.7.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

11.7.2 seguro-garantia;

11.7.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.7.4 A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

11.8 Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

11.9 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

11.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.10.1 Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente

11.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.12 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

12 PENALIDADES:

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

13.2. Constituem motivo para extinção do contrato:

13.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

13.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

13.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

13.2.4. O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.5. A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

13.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

13.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

13.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

13.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

13.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

13.2.14. Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

13.2.15. A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

13.2.16. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

13.2.17. O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.2.18. A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

13.2.19. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

13.2.20. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

13.2.21. A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

13.2.22. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

13.3 O presente instrumento poderá ser extinto:

13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

14.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

14.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

14.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

14.5 Cabe rescisão unilateral pela FUNFEAS, constituindo motivos para imediata rescisão, quando a contratada tiver envolvimento em conduta institucional ou pessoal de seus representantes que afrontem a moralidade, entendendo como atos de assédio moral ou sexual, racismo e equiparados a este, apologia ao crime, incitação ao ódio e outros, gerando

reflexo adverso à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, e então o contrato compactuado será rescindido imediatamente, sem prejuízo dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, no limite de 25% (vinte e cinco por cento), abrangido neste limite tão somente as atividades de transporte das amostras biológicas e/ou o processamento das amostras poderão ser subcontratados pela empresa licitante, devendo o licitante, na fase de habilitação do certame, apresentar declaração assinada pelo responsável legal do licitante, que está ciente de que a empresa a ser subcontratada para realização do processamento das amostras deverá estar devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, bem como possuir a mesma qualificação técnica exigida para a empresa licitante na execução dos serviços objeto dessa licitação, com base no art. 67, § 9º da Lei nº 14.133/2021, bem como a empresa a ser subcontratada para realizar o transporte das amostras deverá atender as Boas Práticas para o transporte de material biológico humano, conforme RDC nº 504, de 27 de maio de 2021.

15.2 Fica obrigado o contratado a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

15.3 Em hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal